

# Paul Morand e Portugal 1924-1975

## António Coimbra Martins

Trabalhávamos então, o Victor de Sá e eu, em Paris, sob direcção do professor Bourdon, eminente historiador, especializado em história de Portugal e luso-orientalismo, que tinha sido director do Instituto Francês em Lisboa, e conhecia admiravelmente as coisas do nosso país, especialmente a nossa Universidade, a nossa sociedade e o povo que somos. Extremamente rigoroso, agarrado ao facto e ao documento, inimigo da ênfase, da extrapolação, da frase vácuca, Bourdon sujeitava-nos a tratos de polé. Não fazia política, mas era um homem das direitas. Victor de Sá era, como sempre seria, um homem das esquerdas, coerente, com uma visão da História, de que deduzia um sentido e um futuro melhor para a humanidade. Nos seus raros momentos de confiança, Bourdon discutia das minhas deficiências com o Victor de Sá, e comprazia-se em falar dos progressos do Victor de Sá comigo mesmo.

Prezava nele a inteireza, o apego ao estudo, o empenho do enfoque, e a ausência, apesar do que ia produzindo, de toda e qualquer presunção. O homem das direitas admirava e respeitava o homem das esquerdas, e empenhava-se na credibilidade da sua teoria. Nunca pretendeu actuar sobre a sua ideia, contestar a sua opção, mudar o seu ponto de vista. Apenas aparelhá-lo para a pesquisa, fazê-lo sentir e até pressentir a falta ou fraqueza de um elo numa suposta cadeia de acontecimentos; fazê-lo ter em conta toda a rede de relações entre eles; todos os aspectos dos factos; assegurar a arquitectura sólida da tese a demonstrar; cuidar da clara redacção da exposição. O Mestre fez um Mestre.

O presente estudo parece-nos apropriado para o integrarmos numa homenagem a Victor Sá, porque se situa no âmbito, em que vivíamos, das relações luso-francesas; porque revela, no seu âmbito, em vez de uma dialéctica fecunda direita-esquerda, a irredutibilidade de certo confronto direita/direita, susceptível de esclarecer com deduções novas, derivadas de documentação inédita, um período tão importante da História, como foi o da luta anti-fascismo//fascismo, em que o Victor de Sá e eu mesmo éramos próximos companheiros. Anotá-lo, este estudo, seria torná-lo inutilmente mais pesado. Revolvemos vasta documentação, mas toda das mesmas fontes: a Torre do Tombo (arquivo Salazar) e os arquivos dos Negócios Estrangeiros português e francês; no primeiro destes, as pastas Lisboa-Vichy-Lisboa; no segundo, as correspondentes francesas, e ainda as pastas guerra 39/45, secção Argel. As outras precisões úteis, por exemplo no caso das obras literárias aduzidas e da imprensa periódica, encontram-se no corpo do próprio texto.

\* \* \*

Um grande escritor publicou, no início dos anos quarenta, um singular romance: *O Homem apressado*.

É a história de um diplomata, no fulcro da vida, que tudo compromete numa ânsia febril do resultado. Tudo compromete: amizade, amor, paternidade. Numa corrida vertiginosa, Pedro não saboreia – na verdade não se demora nem o tempo de experimentar – o que confere valor à vida. Apaixonou-se subitamente por uma linda mulher, e ela, embora desconcertada, concebeu por ele um grande amor também. Mas os momentos de intimidade, em que ela o espera, não o detêm. Pedro é um devorador da vida. Nem a poesia dos felizes encontros sentimentais, nem a novidade e os mais belos aspectos dos países que não cessa de percorrer, o suspendem. Cada prazer, o gasta imediatamente, antes mesmo de ser prazer, na ânsia do seguinte. Cada êxito logo se desfaz, porque outro objectivo se desenha no horizonte, e por isso já o precedente não vale nada. Um dia a mulher pergunta-lhe: “Como reconhecer que chegámos a qualquer sítio, que obtivemos qualquer prémio, se não paramos nunca?”. Pedro acaba por reconhecer que só corria assim para chegar mais depressa ao encontro com a morte. Mas muito tarde. A morte acaba de lhe bater à porta.

O autor deste romance, e de uma vasta obra em todos os géneros, sobretudo novela e romance, chamava-se Paul Morand, e é muito pouco conhecido no nosso país, que todavia ele adorava, e sobre o qual muitas vezes escreveu. Todo o mundo literário o conhece e o traduziu e traduz. Ingratidão nossa? Apenas uma peça de Morand foi posta em português – sobre a dinastia dos Habsburgo. Apenas um apreciador obscuro colecionou todas as suas obras com especial carinho, entre as mais representativas da literatura francesa do seu tempo: um tal Brito Rato que viria a legar à Biblioteca Nacional a valiosa livraria contemporânea que tinha reunido, esse com gosto e sem pressa, ao longo de toda a sua vida.

Por isso a obra de Morand, excepto nas edições mais modernas, está ao dispor dos frequentadores da nossa Biblioteca, no chamado fundo Brito Rato. Um homem desconhecido num país de admiradores da literatura francesa! Um só? Algum outro leu consequentemente Paul Morand. Insistimos no advérbio: não teimosamente, nem aturadamente, mas consequentemente. Consequentemente para o autor; consequentemente para Portugal.

E não só...

Paul Morand tinha exactamente a idade de um Thomas Eliot, de um Georges Bernanos, de um Fernando Pessoa. Nasceu no ano em que o Eça publicou *Os Maias*.

Como Carlos da Maia, na burguesia abastada. Mas estamos em França. Na burguesia relacionada com a classe dirigente da terceira República. Adolescente, os pais mandaram-no atravessar a Mancha, para praticar a língua inglesa. Nem por isso ele deixava de os acompanhar a Itália, onde Morand-pai, grande amador e praticante de pintura, colhia inspirações. Na hora dos estudos superiores, frequentou Oxford, e, prematuramente, começou a saltitar pela Europa: Bélgica, Holanda, Espanha... Esta mobilidade não o impediu de preparar em Paris os chamados “pequeno concurso das chancelarias” e “grande concurso das embaixadas”. Em ambos ficou em primeiro lugar.

Foi então (1913) adido junto da Embaixada de França em Londres, onde cada vez mais evidenciaria o seu gosto, com retribuição, pela alta sociedade e as

mundanidades, até se tornar um atractivo indispensável do *charme français* naquele ponto de encontro da política e do snobismo. Além disso, observava com penetração, e os seus relatórios eram meditados e apreciados no Quai d'Orsay. Mobilizado em 1914, e afectado aos serviços auxiliares, desempenhou-se do seu na carreira, e na posição estratégica que melhor conhecia: a capital inglesa. Não passou pelas trincheiras. Ganhou a guerra em Londres.

Em 1915, em Paris, Aristide Briand é ministro dos Negócios Estrangeiros, e Philippe Berthelot seu director de gabinete. Este Berthelot tem dois gostos na vida: diplomacia e letras. Começa então a época de ouro daquela plêiade de diplomatas franceses, dos quais ainda hoje duvidamos se melhor serviram os interesses da Pátria nas chancelarias, ou o prestígio da França nas criações literárias: Paul Claudel, Jean Giraudoux, Alexis Léger, Paul Morand...

André Gide repara nas primeiras tentativas de Paul Morand. Marcel Proust protege-o. Giraudoux acompanha-o.

De todos estes, Morand foi o que mais natural e teimosamente conjugou carreira, letras e a sua sede insaciável de experimentar a diversidade do mundo. Como não tinha falta de padrinhos, nem de meios materiais, arranjou maneira de se encontrar sucessivamente numa vintena de cidades europeias, sem embargo de regressos calculados, às que elegera capitais da grande vida: Paris e Londres. Às vezes desligava-se do Quai. Depois retomava o serviço. Ia alargando o périplo aos outros continentes. E ganhando galões. Em Junho de 1925 era gerente da embaixada de França em Bangkok. Nem embaixador, nem sequer ministro. Mas quem geria era ele. Em 1925. Em 1924 tinha estado em Portugal pela primeira vez. Por gosto.

Portugal impressionou Paul Morand. Pareceu-lhe um esplêndido país de outro tempo, a braços com todos os perigos, ameaças e vícios dos tempos que iam correndo. Pôs preto no branco. E, para isso, foi buscar um nó de intriga que o Eça também explora e que pessoalmente experimentou: um Português que viveu fora de Portugal, e volta à Pátria, à sua casa, às suas quintas. O que espera e como reage. A propósito. Quando é que aderimos à Comunidade? Em 1985? Ora, ora... Sessenta anos antes Morand reúne uma colecção de novelas, que tem cada qual por cenário um país diferente da Europa. Não

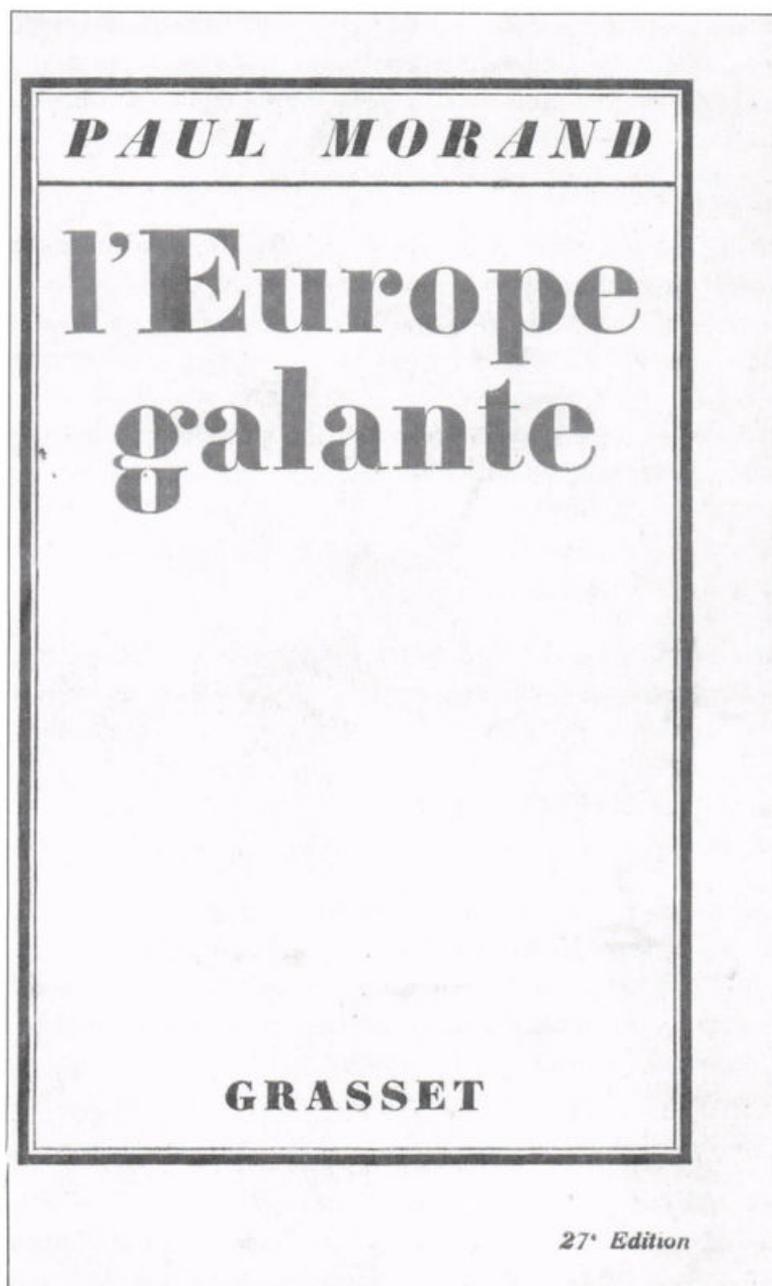
peregrinara em vão. Lá vem a novela portuguesa. Intitula-se *Lorenzaccio*, como o drama de Alfred de Musset. *Lorenzaccio ou o Regresso do proscrito*. A colectânea não fez furor, mas teve algum êxito. Chama-se: *A Europa galante*. Pela parte que nos toca, havia de ser muito discutida na nossa correspondência diplomática, ao mais alto nível.

Morand continuou a sua carreira, as suas viagens. Continuou a escrever os seus livros. Deu colaboração a revistas italianas, inglesas, americanas... Casou com uma Romena, divorciada de um príncipe. Nunca esqueceria Portugal e voltaria – tarde! – a escrever uma novela de assunto português: *O Prisioneiro de Sintra*. Talvez porque via Sintra como um oásis fechado, e lhe tinham contado o triste fim de D. Afonso VI. Nos anos trinta, se Morand estava em Paris, acontecia-lhe frequentar a Casa de Portugal. Um dia, em Junho de 33, fez lá uma apresentação que teve grande êxito. Os nossos jornais empolavam. Andavam sempre à procura de todo o bem que lá fora se dissesse ou escrevesse de nós e do nosso regime.

Paul Morand tornara-se um bom cartaz. Estava unanimemente reconhecido como grande escritor. Politicamente situava-se à direita, e até se pode dizer: à direita da direita. Nem inteiramente escapava a certas características, pelo menos no seu país, desta atitude política: no seu caso, uma leve tendência para o anti-semitismo. Mas o que nele dominava era o anti-comunismo sem falha. Para ele, o comunismo era o fim possível da civilização, à vista.

Nunca mudou de ideia, nem lhe atenuou a força. A teimosia não exclui as virtudes: sempre se exprimia com total franqueza e até com insolência total. Nunca poupou os seus colegas ou amigos que tinham evoluído, ao sabor das circunstâncias, da direita para o centro, do centro para a esquerda, e eventualmente para a extrema esquerda. Nem os de percurso contrário. Tinha uma pena de ouro, e uma língua de víbora. Enganou-se muitas vezes profundamente, fatalmente. Mas nunca mentiu. Cuidou de si. Viveu na dele. Morreria na dele.

O seu êxito mundano não era menor, e até seria maior do que o literário. Porque, nas letras, as suas convicções e a sua truculência criavam-lhe, evidentemente, muitos inimigos. E, na sociedade, o encanto da sua pessoa, o fogo da sua palavra, a vertigem do seu modo de vida só lhe proporcionavam



## LORENZACCIO

OU

## LE RETOUR DU PROSCRIT

## I

Bien que son attente durât depuis quinze mille soirs, c'est-à-dire depuis quarante-deux ans environ, Tarquinio Gonçalves était impatient de rentrer chez lui. La nuit tardait à venir. Couché depuis le matin dans l'herbe du lazaret, sur la rive gauche du Tage, en face de Lisbonne, il avait vu maintenant tout ce que le soleil peut faire, dans une journée, avec une de ses villes préférées ; on renonce à en dire les jeux. Sans que le Portugais eût à rejeter vers ses tempes ses yeux à sclérotique jaunâtre, il découvrait vingt kilomètres de côte, depuis le couvent des Yeronimes, Belem et sa tour d'échecs, ivoire ouvragé, jusqu'au nord, les salines de Sacavem, cette neige.

Dès l'aube, on avait débarqué l'homme d'État, à l'heure où Lisbonne dort sous la buée atlantique. Cette moustiquaire rejetée, la ville, dans ses couleurs plates, était apparue, aujourd'hui encore ce qu'elle fut

admirações, companhias, amigos e... sobretudo amigas. Viveu e visitou países com lindas senhoras de título, com vedetas de teatro e de cinema... Dizem que, sem embargo do seu credo político, fez filhos à direita, ao centro e à esquerda. Acho que será exagero.

Na iminência da invasão da Polónia, foi destacado para Londres, não para servir na embaixada, mas para chefiar a missão francesa de guerra económica. Instalou-se no Hotel Savoy, onde algumas vezes apercebeu uma pessoa muito procurada, que tinha uma paixão por arte e artistas, mas não admitia facilmente mundanos nem modernistas ao seu convívio. Todos lhe conhecemos o nome, e nós todos beneficiámos, directa ou indirectamente, do que viria a ser a sua lusofilia: Calouste Gulbenkian.

Rebentou a guerra; em Londres a missão de Morand foi integrada no que se chamou o Ministério do Bloqueio. A 10 de Maio do ano seguinte, a Wehrmacht atacou a Oeste, e rápida e sucessivamente desabaram como castelos de cartas, a Holanda, a Bélgica, o Luxemburgo, a França, que passava por ter o exército mais forte do mundo. Nós comemorávamos o nosso Duplo Centenário.

1940. Não me esquece a grande exposição de Belém, onde os meus pais me levavam ao Domingo. A 17 de Junho, falando pela rádio, já Presidente do Conselho, o Marechal Pétain – que tinha admitido vir admirar a Lisboa dos Centenários – pediu um armistício na honra; e chegou a Londres de avião outro general – esse de fresca data, e cinquenta anos de idade – que falou no dia seguinte também pela rádio, pela BBC. Chamava-se Charles de Gaulle. A História não esqueceria o famoso apelo do 18 de Junho.

Paul Morand não hesitou um momento. Escolheu a legalidade. Rapidamente a sua pena fácil redigiu um documento para o ministro dos Estrangeiros do governo Pétain, intitulado *Nota confidencial para o Ministro: Relação sumária da situação em Londres, de 17 de Junho a 20 de Julho de 1940*. É uma diatribe contra de Gaulle, contra a reunião de uma França combatente, que custosamente se esboçava em Londres. O grande escritor Paul Morand tinha ganho a primeira guerra na capital inglesa, na embaixada de França. Ao expedir este documento, perdeu a segunda. E, como o Ministério do Bloqueio deixou de existir, só lhe restava regressar a França, a pedir novas instruções àquele de que dependia.

Tinha navio em Liverpool, em 20 de Julho. Embarcou... para Lisboa. Do que fez nesta nossa capital, pouco diz. Apenas que tomou contactos com a missão de Inglaterra, cujo embaixador ia mudar. E supomos que tenha rondado o Palácio de Abrantes. Excelente edifício para uma Legação! Como seria agradável ser ali Ministro de França...!

Justamente. A agonia da terceira República, também tinha efeitos em Portugal. O Ministro em posto era apeado. Na transição para o Estado francês do marechal Pétain, a França, de rastos, propõe um dos seus mais brilhantes diplomatas para o lugar de Ministro em Lisboa: Henri Hoppenot. Salazar não quis. Recusou o *agrément*. Não tinha pressa.

Paul Morand tinha. Partiu para Vichy e apresentou-se ao que era então Ministro dos Negócios Estrangeiros: Paul Baudouin. Foi mal recebido. Escreveria mais tarde, aliás, que, no seu foro íntimo, Baudouin era gaulista. Enganava-se. Mas a verdade é que, pétainista ou secretamente gaulista, Baudouin passou à reforma antecipada o autor da *Europa galante*.

O diplomata-escritor apressou a pena. Julho/Agosto de 1940. Sai, na revista *Candide*, a novela *Feu Monsieur le Duc*. O Duque era muito amigo de um diplomata português – o Sr. Carvalho Douro, com quem gostaria de casar a filha. *M. Carvalho Douro [...] était un paisible quinquagénaire, doux et facile à vivre comme le sont tous les Portugais*. Disse-se mais tarde em Vichy que representava o nosso Ministro junto de Pétain, José Caeiro da Mata. Mas é completamente impossível. Não exactamente “pacífico quinquagenário”, senão quase sexagenário, Caeiro estava ainda, à data da primeira edição da novela, muito longe de Vichy. Como precisaremos adiante. Mais importante, um romance, no qual Morand pintava o seu auto-retrato. Já sabemos qual: *O Homem apressado*. *L'Homme pressé*. Esse foi publicado em 1941, como vimos, em Setembro. E, apesar das peripécias em França e também em Vichy, da vida difícil, da linha de demarcação, alcançou imediatamente grande êxito. Por outro lado, o próprio Marechal conhecia Morand pessoalmente, vagamente, de tempos antigos, de casa de uma duquesa... E eram grandes amigos, tanto Morand como sua mulher, de Pierre Laval e da família da mulher de Laval. É verdade que, em Dezembro do ano anterior (1940), Laval caíra em desgraça, mas os Alemães apararam-lhe a queda; de resto, a Fortuna, sorridente para os ambiciosos, vai e vem.

Nós tivemos, como Ministro representante de Portugal em Paris e em Vichy, o comandante Gama Ochoa, homem do 28 de Maio, que veio a falecer em Vichy de um ataque súbito de angina de peito. Salazar, que andava com ideias de o substituir por Caeiro da Mata, não perdeu tempo: um chefe de Estado de toda a sua consideração como Pétain, merecia um Ministro português de toda a sua confiança. As relações Lisboa/Vichy, ou nova França, como então se dizia, podiam e deviam ir longe. Muitos tentavam em Vichy, uma “revolução nacional” no género do que Salazar assim chamara.

Caeiro da Mata não podia ser Carvalho Douro. Chegou a Vichy na sexta-feira, 11 de Junho de 1941. Entre a publicação do *Falecido duque* e *O Homem apressado* (que ninguém suspeitaria que ele fosse), ainda em tempos de Darlan, com quem nunca se sentiu à vontade. E achava o Marechal cansado. Mas já conhecia Laval, então fora do Governo, e aparentemente retirado na sua quinta de Châteldon. As relações renovaram-se e tornaram-se, na opinião de Caeiro, de grande e recíproca intimidade. Caeiro até ia à quinta. Por nosso lado, Salazar tinha recusado o *agrément* a Henri Hoppenot, por razões que explicou mais tarde: estava ligado à equipa Alexis Léger que tinha sido muito mau para Portugal durante a guerra de Espanha. Mas ficou muito contente, Salazar, e deu-se sempre o melhor possível com o ministro François Gentil, primeiro diplomata nomeado para Portugal depois de Pétain ter assumido plenos poderes.

Foi só entre meados de Dezembro 40 e meados de Abril 42 que Laval esteve afastado do Governo. Dentro ou fora só sabia fazer política. Paul Morand esteve pelos mesmos tempos, e mais ainda (pouco mais) afastado da diplomacia. Mas sabia fazer política e diplomacia, e era artista em escrever novelas. Não é impossível que tenha conhecido Caeiro da Mata, ou casualmente se tenha encontrado com ele. Entre os conhecimentos comuns havia Laval que, desde que fora repescado, detinha o poder efectivo. Era nomeadamente (como Salazar entre nós) Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros. As relações culturais França/Alemanha prometiam melhorar, e já eram fortes. Logo em Maio, neste ano de 42, o escultor Arno Breker, favorito do Führer, expôs as suas obras em Paris, na prestigiosa *Orangerie*. Não omitimos este pormenor, porque Breker familiarizou-se então com Paul Morand, a quem muito dizia admirar, evidentemente, e fez-lhe o busto à sua maneira realista, enfática, maciça e lisonjeira. Homenagens a quem tinha valor ou podia ser de alguma valia, quem sabe?...

Caeiro da Mata tinha sido homenageado antes, ainda a gestação do novo governo, de que muito se falava, não chegara a termo. A 2 de Março deste ano de 1942, foi feito doutor *honoris causa* da Universidade de Toulouse. Desde a véspera, Maurice Martin du Gard apresentava em editorial, na *Dépêche de Toulouse*, o eminente doutorando: *L'allure opulente, élégant et galant, il respire l'amour de la vie. Sous le binocle miroitant, ses yeux dardent une malice tout ensemble supérieure et familière, bien faite pour plaire aux Français.* Caeiro tinha ensinado em Coimbra, onde leccionaria também, um pouco mais tarde, o seu aluno Salazar; onde estudara Camões. Em Coimbra, assegura espantosamente Martin du Gard, o nosso primeiro poeta estudara o Francês e também o Provençal. Mas o laço mais forte entre as duas Universidades fora Santo António, dito erradamente de Pádua. O verdadeiro nome do Santo era Fernando de Bulhões, família de Godefroi de Bouillon. Fernando estudara em Lisboa, fizera milagres em Lisboa (restituindo bilhas que as raparigas tinham feito em cacos), aperfeiçoara-se em Toulouse. A *Dépêche* do dia 3 trazia em primeira página uma fotografia das notabilidades à saída da Faculdade. O ministro da Educação – Jérôme Carcopino – tinha vindo a Toulouse na ocasião. Por uma dupla razão, aliás. Devia presidir também às cerimónias do Dia Nacional dos Escoteiros. Ausência notada: o Reitor da Universidade não pudera estar presente.

Reportagem do doutoramento não houve. No fim da sua oração, a que Carcopino respondeu com decoro, Caeiro entregou um donativo do Governo português para os estudantes franceses necessitados. Mencionam-no e quantificam-no os jornais portugueses, mas os franceses não dizem uma palavra de tal generosidade, que, julgamos, tenha caído mal. Em telegrama a Salazar, o nosso ministro referia-se de imediato, nos termos mais empolados, a estas solenidades, de que muito se ocupou um cônsul honorário (francês) que tínhamos em Toulouse – o sr. Gissot. Este honorário tinha passado a incomodar Salazar por ser mais salazarista e franquista que os próprios, o que, mesmo na França de Pétain, e especialmente em Toulouse, onde abundavam os Republicanos espanhóis, não era muito conveniente.

Quatro meses e picos após o doutoramento de Caeiro – por este classificado de a maior homenagem a Portugal que jamais se fizera no estrangeiro – Paul Morand foi promovido a Ministro plenipotenciário. Eram ambas pessoas de grandes créditos vichistas, e não só: iam a Paris quando queriam, amaram

Paris mesmo ocupado, eram bem vistos de Otto Abetz, representante do Führer, e até se diria e escreveria que, se Caeiro estava para chegar à capital, era a Embaixada da Alemanha que lhe escolhia os aposentos no Ritz.

Talvez tenha sido Laval, ou o seu chefe de gabinete Jean Jardin, muito íntimo de Morand, que empurrou o escritor para uma formalidade indispensável então ao exercício de carreiras prestigiosas: o juramento de fidelidade ao Marechal. Morand jurou, a 4 de Setembro (42). Promovido e ajuramentado, pulava-lhe pé para altos voos.

Ministro em Lisboa? Laval sugerira pouco antes a Caeiro, em conversa muito amigável, travada em 2 de Maio, que a Legação de Vichy em Portugal podia muito bem ser elevada ao nível de Embaixada. Mas era preciso limpá-la de elementos gaulistas ou duvidosos. Pétain teria recorrido, logo de início, ao Ministro de Portugal, ainda Gama Ochoa, para recadinhos a Salazar, que os faria chegar aos ouvidos de Churchill. Laval propunha-se promover e deslocar François Gentil para Buenos Aires, e nomear para o substituir, eventualmente em dignidade de Embaixador, uma pessoa de toda a sua confiança. Não disse logo quem.

Aliás a promoção do palácio de Abrantes a Embaixada já fora admitida em tempo de Louis Barthou; e, após o desastre da França, mas ainda antes de Vichy, quando Salazar projectara pela primeira vez substituir Ochoa vivo por Caeiro, esperava simultaneamente tratar da elevação da sua casa da rua de Noisiel, com um Quai d'Orsay abatido. Mas, em Maio de 1942, instalar num hotel de termas, a Embaixada do país que acabava de celebrar o seu jubileu – o duplo centenário – não parecia da maior urgência. De resto, o temido embaixador inglês – Ronald Campbell – que abandonara a França do armistício, batendo com a porta, não havia de achar graça, Salazar e Caeiro concordaram em diferir a promoção.

Laval encaixou. Conseguiria o mesmo por outras vias. Salazar ficou sem o seu querido François Gentil, e a limpeza da Legação far-se-ia. No seio da colónia trabalhar-se-ia de outra maneira; de resto a colónia segue em geral uma representação diplomática que goze de crédito, mostre força e tenha visibilidade.

A 7 de Setembro, Caeiro comunicou a Salazar que Laval substituíra Gentil por Jacques Guérard, para quem pedia o *agrément*. Guérard era quase um membro

do Governo. Nos pelouros, que lhe estavam distribuídos, era quem estudava os processos, traduzia as medidas em termos de direito, levava ao ministro a análise minuciosa das situações. Parecia impossível que Laval projectasse dispensá-lo. É que certamente continuava com grandes planos relativamente a Lisboa.

De Guérard, Caeiro telegrafou a Salazar: – *Conheço-o bem. É pessoa culta, muito inteligente e da maior actividade. Muito inclinado à Alemanha, como todos os funcionários que trabalham de perto com o Presidente Laval.*

Palavras em tudo perfeitamente exactas, inclusiva e especialmente pela parte que tocava à “inclinação” do grande funcionário. Era um partidário convicto e consequente da chamada “colaboração”.

Salazar deu logo o *agrément*, tão rápido, que a celeridade foi especialmente agradecida pelas autoridades francesas, como consta de telegrama posterior de Caeiro.

Quando o Ministro de Vichy, Gentil, deixou a Legação, assumiu a gerência, conformemente às regras, o primeiro secretário Pierre Baraduc, que chegara a Lisboa um ano antes da reascensão de Laval ao poder. Não sendo dos seus fanáticos, achava-se, todavia, Encarregado de Negócios, por mutação de Ministros. Já os Alemães, em muitos pontos, marcavam passo na Rússia; e os Anglo-americanos preparavam a operação *Torch*. Segundo alguns historiadores, Salazar teria tido rumores do desembarque em África, e teria feito avisar expressamente Pétain. Outros pretendem que os Americanos espalharão, com atilado propósito, uma nuvem de informações falsas, e que o que chegou ao Marechal, a partir de São Bento, e também do adido naval do Palácio de Abrantes, terá sido sobretudo contra-informação.

A propósito de outras coisas ou atitudes, Salazar mostrava perspicácia. François Gentil tivera a sua audiência de despedida. Sobre assuntos de África e desembarques, o nosso Presidente do Conselho achou-o, contra o costume, muito esquivo. E Pierre Baraduc, acerca de quem recebia muitas informações e papéis dos seus devotados colaboradores em todos os géneros, inspirava-lhe a maior desconfiança. Era assim. Havia Franceses que não pareciam os mesmos.

Até, pela parte que tocava a Portugal, Pierre Laval mudou de propósito. Afinal já não nos mandava Jacques Guérard. Caeiro da Mata, ficou embaraçadíssimo.

Salazar dera o *agr3ment* com tanto gosto! Arranjou umas desculpas, que telegrafou para o nosso Minist3rio, e, em Vichy, passou a achar Laval muito ocupado e preocupado.

Com raz3o... Montgomery tinha lançado a sua grande ofensiva sobre El-Alamein. Na frente Leste, von Paulus tinha interrompido temporariamente a marcha em direcc3o a Moscovo, que passava por Estalinegrado. A 8 de Novembro os Americanos tinham desembarcado entre Argel e Or3. Era a primeira vez que a infantaria americana punha p3 no teatro de guerra ocidental. Darlan tomara o poder na 3frica francesa e constituira um Conselho imperial, que compreendia o general Nogu3s, residente geral em Marrocos, e af3vel interlocutor de Salazar, que tratava com o filho de Carmona, c3nsul em Casablanca. O general Giraud, proveniente de França, onde pouco se demorara ap3s a sua evas3o da Alemanha, entendia-se melhor ou pior com Darlan.

Carmona-c3nsul especializara-se na ida e vinda de navios, metendo-se o menos poss3vel em pol3ticas. Darlan pretendia que o neg3cio dos fosfatos, de cuja importac3o imperiosamente necessitava a agricultura portuguesa, devia tratar-se doravante nas repartiç3es de seu dom3nio directo; e Nogu3s – anfitri3o admirador e invejoso da nossa Mocidade Portuguesa! – sentia-se manietado para os seus contactos internacionais. Salazar respondeu a tudo isto com a criaç3o do Bloco Peninsular que o *caudillo* n3o se dignou vir assinar a Lisboa. Carmona-presidente deu por essa altura um banquete (19-12-42), de homenagem ao Ministro dos Neg3cios Estrangeiros de Espanha – general/ /conde Jordana – que substitu3ra o ardente german3filo Serrano Suñer, e fora induzido por Franco a uma viagem rel3mpago para assinar o papel. No banquete, Marcelo Caetano falou longamente com Baraduc, percebendo que, perante a multiplicac3o dos centros de poder franceses, o Encarregado de Neg3cios ainda n3o decidira francamente para onde se inclinar.

E, quanto a Laval, que acreditava ou fingia acreditar, e jogava tudo na vit3ria da Alemanha, quando tinha tempo de pensar em Portugal, logo lhe acudia a necessidade de expurgar a Legaç3o, n3o s3o agora de gaulistas, mas de partid3rios de Darlan. Com o Almirante trabalhava j3 um diplomata franc3s muito h3bil, e que conhecia a Pen3sula: Jacques Tarb3 de Saint-Hardouin. Era este o principal correspondente de Baraduc em Argel.

Em fins de Novembro (ano 42), Laval reiterou a Caeiro da Mata que não podia dispensar Guérard, e falou-lhe em Paul Morand: um diplomata que encantaria os meios literários de Lisboa, tradicionalmente afectos à cultura francesa. E a conversa alargou-se em inventário de meia-dúzia de nomes ilustres, que todos aceitariam com prazer o cargo.



Dois candidatos à sucessão de Gentil (cliché posterior): Morand, à esquerda, e Georges Bonnet. A oposição de Campbell a este último fora especialmente acerba.

Em todo o caso, Morand ninguém o suspeitava de infidelidade ao Marechal, e também se mostrava "inclinado à Alemanha". Ainda em Setembro, em Paris, na sua casa da avenida Charles-Floquet (aliás da mulher), os Morand tinham dado uma recepção, em que brilharam o escritor alemão Ernst Jünger e o ultra-colaboracionista francês Jacques Benoist-Méchin. Madame Morand, dita princesa Soutzos, frequentava com desvelo os Abetz. Jünger, que acontecera Morand convidar para o *Maxim's*, era o responsável pela censura dos correios militares no exército alemão. E justamente em Novembro, Morand acabava de publicar na Suíça os seus *Propos des 52 semaines*, onde reunia artigos que tinham visto a primeira luz em jornais, dois dos quais nos *Combats*, órgão, pelo menos fascizante do núcleo duro da *Legião francesa dos combatentes*. Esta, criada por Pétain nos primeiros tempos dos seus

plenos poderes, tivera imediatamente sucursais em Lisboa e Porto, com estatutos submetidos aos respectivos governos civis, aprovados e impressos.

Havia os tempos em que a diplomacia preparava os acontecimentos do mundo, e os outros, em que os acontecimentos faziam esquecer a diplomacia. No trimestre Dezembro de 42, Janeiro e Fevereiro de 1943, acontecimentos e conferências foram de importância.

Na véspera de Natal, Darlan foi assassinado; sucedeu-lhe Giraud; mas Tarbé de Saint-Hardouin continuou com mais afinco ainda a agir em direcção da Península, como se a morte do Almirante, e o nascimento do Bloco Peninsular não tivessem alterado em nada o seu desígnio de levar os países ibéricos a reconhecer o poder francês que ressurgia em Argel, e a entender-se com ele. Em meados de Janeiro 43 teria lugar a conferência de Casablanca. Em princípios de Fevereiro, a capitulação de von Paulus em Estalinegrado. Por estes e outros motivos, Caeiro ia experimentar, nas suas termas diplomáticas, algumas emoções.

Foi o Secretário Geral dos Negócios Estrangeiros (não Laval, note-se!) que espertou as brasas. Uma comunicação algo imperativa e inesperada, em 5 de Janeiro (43), que o nosso Ministro logo telegrafou a Salazar: *Rochat disse-me hoje que tinha informações de alguns elementos da Legação de França em Lisboa serem afectos a de Gaulle. Conselheiro de embaixada Paul Morand vai proceder a exame da situação...*

As poucas linhas citadas reclamam observações diversas. Laval falta a uma promessa espontânea que fizera ao nosso Ministro, ao explicar-lhe que Guérard, a quem Salazar já dera o *agrément*, não devia afinal ser destacado para o Palácio de Abrantes. Essa promessa fora, segundo os termos de Caeiro, que, *sobre Lisboa [...] nada faria sem previamente estudar o caso com ele*. Por outro lado, a preocupação com o gaulismo, nos meios governamentais de Vichy, parece, nesta altura, extemporânea. É que o movimento não estava em maré alta, antes pelo contrário. Os diplomatas franceses hesitantes temiam menos Giraud que de Gaulle. Britânicos e sobretudo Americanos manifestavam reticências quanto ao homem do 18 de Junho; e Giraud, que, para assuntos franceses, assumira o título e o poder de Alto Comissário em África, beneficiava claramente da simpatia das autoridades americanas. A Conferência de

Casablanca, que reuniria enfim, Churchill, Roosevelt, de Gaulle e Giraud, aliás sem resolver a rivalidade entre os dois generais, só teria lugar a 28 de Janeiro.

Finalmente, voltando à conversa de Rochat com Caeiro, ela parece muito mais um anúncio que um pedido. Para um inspector diplomático não era necessário *agrément*. Só a recusa do visto no passaporte – recurso extremamente violento – poderia impedi-la. Em suma, dir-se-ia que Laval, sem querer saber mais de formalidades, impunha Paul Morand.

Foi precisamente no dia seguinte ao da Conferência de Casablanca que Salazar, tendo decorrido vinte e tantos dias após recepção do telegrama de Caeiro sobre o anúncio feito por Rochat, deixou explodir a sua indignação. É um texto que merece leitura e meditação. Telegrama 47, expedido das Necessidades em 29 de Janeiro de 1943, sob classificação de urgente:

*Com respeito à notícia, enviada por V.Ex.<sup>a</sup>, de que viria como Encarregado de Negócios para Lisboa o Sr. Paul Morand, este Ministério tomou agora conhecimento de um livro daquele autor, publicado em 1925 com o título Europa galante, no qual vem inserido um conto – Lorenzaccio – passado em Lisboa, com pretensões a quadro de costumes políticos, e um final da última obscenidade, que contra-indica aquele Senhor para exercer funções, especialmente diplomáticas, em Portugal. A impressão deixada por aquele livro não pode ser atenuada por atitude hostil para com elementos avançados, nem por pequena nota, em que o autor diz não partilhar as opiniões da personagem do seu conto, para com a nação portuguesa. Rogo a V.Ex.<sup>a</sup> queira prevenir imediatamente esse Ministério dos Negócios Estrangeiros, e fazer saber a atitude do Governo português acerca da projectada nomeação, depois de conhecido o livro, que aliás não deixaria de ser explorado pelo público contra o autor.*

Segundo *agrément* recusado: após Hoppenot, porque fazia parte da equipa Léger, Morand, por autor escandaloso. Sem falar de outras personalidades a quem se aludira, sem se ir mais longe, na correspondência diplomática. Guérard, sim, esse grande administrador e radical colaboracionista, esse teria convindo. E até se poderia pretender (cremos que contra a verdade) que Salazar, recusando Morand, se desforrava de Laval lhe ter retirado Guérard.

O primeiro comentário que merece este telegrama concerne a motivação de Salazar. Quando Churchill e Roosevelt se esforçam por congraçar Giraud e de Gaulle, quando von Paulus está irremediavelmente cercado em Estalinegrado, o nosso Presidente do Conselho não toma em conta, nem de longe, a conjuntura política que, de facto, o devia ter feito recusar Morand, emissário de um regime em queda vertical. Uma hipótese de atenuante que acharia para o escândalo da novela seria a posição política do autor, sobre a qual não se engana: *hostil para com elementos avançados*. Nessa hostilidade sucedia que Morand coincidia com Salazar. Não obstante, o Presidente do Conselho entende fechar a porta da Legação ao único diplomata francês que, desde antes de Vichy, implícita ou explicitamente manifestava admiração pela sua pessoa e a sua obra. François Gentil fora-lhe simpático; dera-se perfeitamente com ele. Mas não fazia senão afinar a sua atitude pelo diapasão de Pétain, e procurava agora, vagabundeando entre várias capitais, passar-se para Giraud, desde que começara a brilhar (efemeramente) a estrela deste general. Vagabundagem, de que Salazar já suspeitava.

Outra semi-atenuante, ou antes falsa atenuante, do autor da novela, inadmissível entre diplomatas, era a tal *pequena nota, em que o autor diz não partilhar as opiniões da personagem do seu conto, para com a nação portuguesa*. A nota intervém quando o proscrito que regressa, atenta na expressão e postura dos frequentadores do seu antigo palácio de Lisboa, transformado em casa de jogo e passe. *Peuple mou!* – exclama o político que pretendia refundir o país na forja de uma energia passada. E imediatamente Morand em rodapé ressalva e previne: *L'auteur ne partage envers la noble nation portugaise aucune des opinions de ce héros aigri*. Ora, muito mais pessimistas que as palavras do herói azedo de Morand são certos passos de Eça, por exemplo n' *A Capital*, saída postumamente, por curioso acaso, no ano da *Europa galante*. Quando esboçou *A Capital*, já Eça entrara em diplomacias, mas não adoçara a sátira, antes pelo contrário, e algumas vezes zurziu ou zurziria diplomatas, em caricaturas de traço espesso. Pelo contrário, a prevenção de Morand sobre a *nobre nação portuguesa* é que cheira muito a diplomático e convencional.

No plano literário, também o telegrama de Salazar surpreende. Redigido, portanto, em 29 de Janeiro de 1943. O último livro de Morand era a colectânea *Propos des 52 semaines*, que, politicamente, não desagradaria a um Jacques Guérard, e agradava a Pierre Laval. E o penúltimo era o que pode passar pela

sua obra-prima – *L'Homme pressé* – ainda hoje muito lido e editado; este, não tendo nada de político, também não tinha nada, absolutamente nada, de escandaloso. Antes condissesse talvez com o ideal – impossível para o autor, é verdade, mas que lhe povoa a imaginação – de vida reflectida, de tranquilidade familiar, de concordância com o terreno, de fidelidade às raízes. Ideal compatível, sem tocar em política, com os valores do pétainismo.

Quando se falou a Salazar, pela primeira vez, de Morand, o nosso “chefe” não conhecia nenhum livro do autor. Não lhe conhecia a crónica, que, do seu ponto de vista, não lhe seria em tudo desagradável. Morand tinha, de uma vez para sempre, preferido Pétain a de Gaulle. Em 1943 ainda Salazar não tinha absolutamente nada de gaulista, senão o respeito pela Inglaterra. E diplomaticamente agiria como pétainista até à libertação de Paris. Nessa altura fez contra vontade e sem exteriorizações o que importava à sua própria salvação.

Mais: à excepção de António Ferro talvez, e do já mencionado Brito Rato, fino amador da literatura sua contemporânea, raríssimas pessoas conheceriam à data, como ainda raríssimas pessoas conhecem hoje, Paul Morand, em Portugal... Quem teria levado à consideração do Presidente do Conselho, não uma obra recente de Morand, que muito bem poderia ter-lhe agradado, mas uma das suas mais antigas colectâneas de novelas? E que novela portuguesa!

*Lorenzaccio*. Portugal em 1924. Belo país barroco. História gloriosa esquecida. Tarquínio Gonçalves, chefe político das direitas, foi forçado ao exílio pelo demoliberalismo e pela semente do comunismo, que germinava no seu país. Vivia em Londres, como intermitentemente Paul Morand. Um dia a evolução do poder em Lisboa para maior abertura permitiu-lhe regressar. Tarquínio redescobre a Pátria. É um homem sólido, na força da vida, entranhado adversário da anarquia, da dissolução, da decadência, da subversão, do comunismo. O comunismo vai abraçando o mundo como uma hidra de mil tentáculos. A sua casa brasonada de Lisboa, transformada num daqueles clubes, à porta dos quais se lê “reservado o direito de admissão”. Um marinheiro muito jovem de farda enxovalhada e gola aberta, atenta em Tarquínio, e pede-lhe dinheiro. – *Prêtez-moi de quoi souper, j'ai tout perdu*. – Tarquínio repara então na figura com agrado e relutância. – *Il tira de son portefeuille un billet, le mit d'un geste brusque, dans la poitrine du marin, issue d'un jersey très décolleté, lui tourna le dos et sortit*. Tarquínio não suporta a

política de Lisboa. Retira-se para uma quinta que tem em Sintra, vive isolado. Enfim disposto, como o Cândido de Voltaire, a cultivar o seu jardim. Detrás de uma moita surge um vulto armado que lhe aponta ao peito. Tarquínio consegue dominá-lo e desarmá-lo. Mas a luta dos dois homens envolve-os num sentimento inesperado. A novela descamba numa cena de posse. O assassino de Sintra era o marinheiro de Lisboa (Lourenceco) pago para liquidar o ditador, cujo regresso as esquerdas temiam. Muito seguro de si, Tarquínio devolve-lhe as pistolas e atira-lhe, ao afastar-se, uma rosa, colhida expressamente.

Imagina-se a reacção de Salazar. Este final, lembramos as suas palavras, *é da última obscenidade*. Acresce que, até politicamente os marinheiros eram antipáticos aos situacionistas. A inesquecível sublevação dos navios que, durante a guerra de Espanha, tinham tentado ir juntar-se aos *rojos*, era desprezivamente designada entre essa gente bem pela “revolta dos marujos”. Não queremos tal escritor em Lisboa, e ainda menos no Corpo diplomático. Consequência, e de novo reproduzimos as próprias palavras do telegrama de Salazar: *Rogo a V.Ex.ª queira prevenir imediatamente esse Ministério dos Negócios Estrangeiros, e fazer saber a atitude do Governo português acerca da projectada nomeação...*

Caeiro da Mata ficou outra vez embaraçadíssimo. O livro? Ele já conhecia o livro, claro. Ele fora professor de Salazar. Então não? A sua Legação também conhecia o livro. E o Marechal? Conheceria o livro ou não? O Marechal tivera fama de muito atiradiço... a mulheres, claro. Quanto a ele mesmo, Caeiro da Mata, já teria prevenido, de sua iniciativa, que Morand nunca poderia ser Ministro em Lisboa. Tinha dito a Laval. Não negava que Morand fosse candidato. Era um homem que punha Portugal nos píncaros. Mas não podia ser. Nem Ministro, nem Encarregado de Negócios, nem nada...

Nem nada? Nem em missão de inspecção? Salazar, salvo o devido respeito, confundira. Tratava-se apenas de uma missão de inspecção. De uma caça às bruxas gaulistas. Mas porque não giraudistas? Aparte Anthony Eden (e a opinião pública anglo-britânica) não havia muito quem sustentasse de Gaulle a fundo...

Este telegrama de Caeiro a Salazar, que parafraseamos livremente, foi enviado de Vichy a 2 de Fevereiro de 1943, à tarde. A capitulação de Estalinegrado tivera lugar poucas horas antes.

Quando recebeu o embrulhado pseudo-esclarecimento de Caeiro, já Salazar estava noutra. Estalinegrado fazia-o sair da sua serenidade. Mas havia mais. Espalhará-se a esse tempo que Churchill em pessoa, na viagem de regresso Casablanca/Londres, se demoraria em Lisboa, onde tinha umas recomendações a fazer. Até em Madrid se dizia que o Primeiro Ministro britânico já se encontrava na sua Embaixada da rua de São Bernardo. Mentira! – telegrafa urgentemente Salazar a Caeiro, no dia 4 de Fevereiro. E, em próprios termos: *não houve a menor palavra acerca de tal visita!*

De facto a escala de Churchill era boato, de que ignoramos o fundamento. Mas não a visita de Morand.

Homem apressado ou não? Quinze dias após o anúncio feito por Roachat, o escritor-diplomata encontrava-se na Embaixada de França em Madrid, e, redigidos os relatórios em que era perito, passou a Lisboa, ao palácio de Abrantes, onde procedeu da mesma maneira. Meteu sobrescritos fechados na mala diplomática, outros nas suas bagagens reduzidas de eterno viajante, e, talvez com saudades do Tejo, voltou a Vichy. O mesmo que fizera quando, em 1940, de Gaulle chegara a Londres. Relatório pronto, regresso à base.

O Encarregado de Negócios Pierre Baraduc, representante de Vichy, não podia evidentemente, ter-se oposto à missão de Morand. Mas alertou os seus correspondentes de Argel e de Lisboa. O assunto chegou ao *State Department*, por via de Murphy, representante de Roosevelt no Norte de África. Ingleses e Americanos concertaram-se, e uma nota comum de estranheza e protesto foi entregue às autoridades portuguesas.

Missões Morand nesta altura da procissão? Os Anglo-Americanos não tinham ainda consagrado de Gaulle contra Giraud, nem o contrário, mas sabiam perfeitamente o que representava Morand na diplomacia francesa, e concordavam plenamente em que Vichy perdera toda e qualquer representatividade.

Para Salazar não perdera. Para Salazar, Pétain continuava, de pleno direito, Chefe do Estado francês. Como para Morand. Dizia-se muita coisa... A guerra tomara um certo caminho, mas havia muitas saídas. O nosso Presidente do Conselho continuava a necessitar de um Ministro no Palácio de Abrantes, que lhe explicasse com franqueza o que se passava com o Marechal, e o que o

Marechal pensava fazer. Os Anglo-Americanos detestavam Morand? Ele até estava de acordo, por razões que não eram as mesmas.

Tinha que se encontrar para o cargo um funcionário tão competente como Guérard, e de estilo compatível com a sociedade portuguesa. O Corpo diplomático em Portugal devia ser um espelho de costumes.

A fiarmo-nos em certos documentos, Laval teria ainda pensado em transferir para o Palácio de Abrantes a pessoa – distinta e arguta – que representara Vichy em Moscovo, no curto período decorrido entre a constituição do primeiro governo Pétain, e a invasão alemã da URSS. Para informação, ou por pirraça? Finalmente propôs Georges Monier, que Caeiro da Mata apresenta nestes termos:... *conservador, católico, colaborador pessoal de Laval desde 1931*, com larga experiência de conferências internacionais. Inclinado à Alemanha? Caeiro não diz. Mas não diz tudo.

Em França, as restrições aumentavam, Joseph Darnand aticava a Milícia francesa contra o comunismo verdadeiro ou suposto, e o Governo de Vichy tinha na calha uma lei sobre o serviço de trabalho obrigatório na Alemanha (STO), susceptível de afectar gerações de jovens franceses e talvez, por extensão de zelo, muitos estrangeiros residentes, *verbi gratia* portugueses. As empresas prósperas dirigidas por portugueses judeus ou considerados judeus – a definição de judeu variava – eram arianizadas. A nossa Legação não ficou indiferente. Pela primeira vez a este propósito tocou (implicitamente) na questão *tabou* do anti-semitismo de Vichy. Antes, nem a rusga do Velódromo de Inverno suscitara de parte dela o menor comentário. E o que preocupava Salazar era a situação dos diplomatas brasileiros, que a guerra ao Eixo, declarada pelo país-irmão, sujeitava a graves vexações.

Quem estava lá é que todos os dias via ou aprendia. O Corpo diplomático naquelas terras ia encolhendo. Os diplomatas franceses em posto iam-se virando para Argel. O próprio Ministro português desaparecia de vez em quando. Dizia-se que era grande amador de arte, e fazia negócios. E aos Portugueses nenhum Ministro de Vichy servia. Aquele excelente Paul Morand... Mas pronto! Não se falava mais no escritor. Já houvera acordo com a Legação sobre o substituto. Somente, das Necessidades é que não chegava nada.

Caeiro da Mata resolveu partir outra vez para Lisboa. Em conversa com Salazar dir-lhe-ia as virtudes de Georges Monier. E faria a análise completa da situação. Não podíamos mais do que ele tentara em prol dos Brasileiros. Aliás sempre se dera o melhor possível com Sousa Dantas (com Araújo Jorge, embaixador em Lisboa, nem por isso...). O ressentimento do Führer, em relação à América do Sul, visava sobretudo o Itamarati. E nem tudo era negro. Os Alemães estavam a fabricar em série novos tanques que aniquilariam o Exército Vermelho. O “terrorismo” em França não passava de erupção sem importância. Giraud e de Gaulle anulavam-se reciprocamente. Laval salvaria a Pátria, quisesse ela, ou não.

O nosso Ministro chegou a Lisboa no dia 15 de Fevereiro (43) à noite. Demorar-se-ia... Demorar-se-ia... Era o Ministro sem pressa. Vichy estava cada vez mais incómoda.

Na ausência de Caeiro, a nossa Legação ficava entregue ao Primeiro Secretário Pinto Ferreira que é quem deve ter tratado do caso Gulbenkian, sobre o qual não se encontra correspondência nesse ano. O que o atormentava mais era a impaciência de Rochat. Todos os dias, directa ou indirectamente, o Secretário Geral lhe perguntava se não tinha chegado o *agrément* para Monier.

Morand tinha sido nomeado Presidente da Comissão de Censura Cinematográfica (16.07.42), depois de ter renunciado, a pedido do próprio Marechal, a uma adaptação, que fizera para o *écran*, do romance *Nana*. O escritor aprendera muito com Zola. Mas Pétain considerava “imoral” aquela história de cortesã que corrompe uma sociedade. A esposa romena de Morand, sempre ligada à senhora de Abetz, conseguira que esta intervisse em favor de Judeus presos, como o actor Jean Yonnel e o marido da escritora Colette (Maurice Goudekete). *Mutatis mutandis*, junto de Laval, mais do que obtivera Caeiro em prol dos Brasileiros. No desenvolvimento de si mesmo, o próprio Morand parecia mais pétainista-lavalista quanto mais descia Vichy. Como, por enquanto, Caeiro da Mata... *Nana* era imoral? O filme de Jean Grémillon, *Lumière d'été* (1943), julgava-o Morand incompatível com os valores proclamados.

Finalmente a 3 de Março (estava Caeiro em Lisboa havia uns 5 dias), Salazar telegrafa a Pinto Ferreira, e ordena-lhe que comunique ao “Governo francês” que concede o *agrément* solicitado em favor de Monier. Pinto Ferreira fez-se

eco da imediata satisfação das autoridades francesas: *Secretário Geral Rochat agradeceu e salientou contentamento por receber [...] comunicação que ia transmitir a Laval imediatamente por telefone*. Acrescentou que Monier partiria brevemente para Lisboa, a fim de entregar as credenciais.

Atar e pôr ao fumeiro. Como se até Monier já tivesse as malas feitas. Baraduc teve conhecimento do *agrément* em benefício de um novo Ministro. A concordância portuguesa representava, sendo seguida de efeito, que ele mesmo, Encarregado de Negócios *ad interim*, abandonaria a breve prazo o Palácio de Abrantes, perderia emolumentos e privilégios; e, como era capitão de reserva, não lhe restaria melhor solução pessoal e patriótica que a de se apresentar ao serviço no Alto Comando de Giraud em Argel.

Baraduc desencadeou então o mecanismo que tinha accionado em tentativa de impedir a missão Morand. E, como o caso era mais grave, o efeito foi mais forte. A Legação dos Estados Unidos e a Embaixada britânica manifestaram-se com nitidez. A pontos que Salazar, em telegramas sucessivos, encarregou Pinto Ferreira de demorar a vinda de Monier. Que demorasse, que esquecesse...

Mas não esqueceu.

Rochat ficou muito surpreendido. Começou a mostrar, nas maneiras, o seu desprazer. Sucedeu pior: oficiava em Vichy um Cônsul geral alemão – Krug von Nidda. Em 25 de Março, Pinto Ferreira telegrafa: Krug von Nidda estava ao corrente de tudo. Tinha querido conhecer exactamente qual era a posição portuguesa, e qual o seu motivo. Era visível que a demora de Monier em Vichy o contrariava muito.

Esta comunicação não caiu em saco roto. O Ministro da Alemanha em Lisboa, o insinuante e efficacíssimo barão de Huene, que conhecia perfeitamente Salazar, os Portugueses e o Corpo diplomático, pois estava no cargo desde 1934, deve também ter feito as suas diligências. Não temos prova disso. Mas o que é certo é que Salazar voltou a mudar de ideia. Dera o *agrément*, travara a vinda, destravou. Reiterou o *agrément* a 3 de Abril, e acendeu a luz verde: que viesse o Ministro. Caeiro da Mata continuava em Lisboa. Baraduc e todos os Franceses anti-vichistas consideraram-no responsável pela peripécia, e, nos seus relatórios, escreveram cobras e lagartos contra ele.

A 8 de Abril Pinto Ferreira telegrafou a Salazar, que acabava de pôr o visto no passaporte de Georges Monier. Salazar não respondeu. Estava entre dois fogos. Lembra-me uma daquelas frases epigramáticas que figurariam na sua lenda: "a neutralidade não é cómoda, nem barata". Houvesse em vista os fosfatos de Argel e Marrocos, que não havia meio de saírem do porto. Em Dezembro do ano anterior, talvez Morand no Palácio de Abrantes tivesse suscitado menos ondas. Mas aquela cena da "última obscenidade"! De toda a maneira, agora nada a fazer. Os dados tinham sido lançados. A chegada do representante de Laval estava iminente.

Pior que tudo, os Anglo-americanos. O recém-chegado ao Corpo diplomático, embora não escandaloso como Morand, seria recebido como? Mas não havia já nada a fazer.

Nada a fazer? Melhor pensando... Monier viria. Trataria estritamente dos seus assuntos, Disporia como quisesse do Palácio de Abrantes, que os anti-vichistas tinham até admitido ocupar, impedindo o novo Ministro de lá pôr o pé. Como se não houvesse força pública em Portugal! Posto isto, falar-se-ia dele o menos possível. Salazar tinha os instrumentos da amplificação e os do silêncio. De resto, as pessoas sabiam lá o nome dos diplomatas! Pois o deste sabê-lo-iam menos que os de todos os outros. O novo Ministro de Vichy não teria existência pública. Procuremos os efeitos.

Por exemplo, a recepção. Quando chegou Monier a Lisboa? Os nossos jornais eram exímios em relatar a vinda de personalidades, em enumerar as que esperavam na estação, ou no cais, em publicar fotografias dos eventos, como se diz agora. Eram notícias que não faziam mal, antes pelo contrário. Pois nenhum jornal português, de nosso conhecimento, noticiou a chegada de Monier. Nem o *Diário da Manhã*? O *Diário da Manhã* publicou a 7 de Maio uma notícia da DNB, sem retrato, intitulada, *Ministro da França*. Vem na primeira página, e na primeira coluna; menciona no texto o nome do Ministro; mas não diz quando chegou. Primeiro parágrafo: *Encontra-se já em Lisboa, e instalado na Legação, acompanhado de sua esposa e dos seus três filhos, o novo Ministro de França em Lisboa, M. Georges Monier*. Note-se: conseguiu instalar-se na Legação, e para mais com a família. Muitos apostavam que não conseguiria. Mas quando chegou? Podemos supor que na primeira semana de Maio. Supor. Deduzir...

E quando apresentou credenciais? Esta cerimónia era muito prezada pelas nossas gazetas. Publicava-se a fotografia à saída do Palácio de Belém. Descrevia-se a pompa, e resumiam-se os discursos, feitos na ocasião. Mas, das credenciais de Monier, o jornal que dá notícia é *L'Action française* de Charles Maurras. A cerimónia teve lugar na segunda-feira, 17 de Maio, às 14h30. Após as formalidades, o diplomata beneficiou de um *entretien de quelques minutes avec le Président Carmona, assisté de Salazar*.

Fotografia. Foi tirada pelo menos uma fotografia. Nenhum jornal português a publicou. Só a encontramos num semanário alemão (*Koralle*) que se publicava em Berlim, ilustrando um largo artigo de Alfred Gerigk sobre o Corpo diplomático em Lisboa. O número da revista, datado de 18 de Abril de 1944, é, curiosamente, muito posterior ao acontecimento. Mas lá vem a fotografia. À saída de Belém, Monier de casaca, entre o seu adido militar e o chefe do protocolo. Todos graves e tristes.



17 de Maio de 1943. À saída de Belém, onde apresentou credenciais, Monier entre o seu adido militar e o chefe do Protocolo. Só uma revista de Berlim publicou esta fotografia.

Após a local referida do *Diário da Manhã*, quando a matéria noticiada exigia referência, a imprensa adoptava a fórmula “o Ministro de França”. Nunca dizia o nome. Aliás a instalação na Legação tinha sido difícil, e mais o era o funcionamento da estrutura. Nem todos tinham ficado, nem todos colaboravam. A 3 de Junho, Monier oficiou a Salazar que partiria no dia seguinte para França em serviço. No mesmo dia exactamente foi estruturado em Argel o Comité Francês da Libertação Nacional, que reunia de Gaulle e Giraud, já com vantagem para o primeiro. Coincidência...

Ao abrigo da Embaixada britânica, de Gaulle tinha, um representante em Portugal (Groslier). Clarac, emissário de Giraud, chega a Lisboa em 31 de Maio deste ano (1943), a coberto de negociações comerciais. Monier demorou-se pouco em Vichy. Voltou a 17 de Junho com instruções para continuar no posto, e fazer estrago. Era a radicalização, de que seria vítima um ano mais tarde o próprio barão de Huene. Fora de lutas propriamente políticas, havia, no caso da Legação de França, um contencioso grave, em torno de antigos fundos secretos e de depósitos bancários astutamente realizados por Jean de Largentaye, adido financeiro em Madrid e Lisboa. Monier recorreu aos tribunais, ganhou, depois perdeu, depois entreteve-se com nova ida e volta a Vichy. Não conseguindo fazer estrago, fazia-se simpático. Salazar gostou dele. Era um homem à sua maneira. Nem de dissidências, nem de obscenidades. Mas o único bastião com que finalmente podia contar era São Luís dos Franceses, cujo capelão – um velho lazarista – sempre fora e continuava ultra-pétainista, o que até, ou sobretudo, no púlpito bem mostrava. Somente a própria clientela francesa começara a escassear, tanto na igreja, como na Legação.

Em Vichy, ou a partir de Vichy as lutas fratricidas eram muito mais gerais e dramáticas, mas quem detinha o poder, que tão condicionado era, punha e dispunha o mais que podia.

Paul Morand, a cuja novela *Lorenzaccio* se devia a nomeação de Monier (se tivesse sido Ministro em Lisboa aquele, não tinha sido este), decidira afinal, nas suas funções de censor, proibir o filme de Jean Grémillon. Por acaso, no regresso da sua missão em Portugal. A proibição, mesmo na França do tempo, levantou uma tempestade de protestos. Em Julho (43) Morand aceitou, como Salazar a propósito de Monier, voltar atrás, mas logo a seguir apresentou a sua demissão. Não tinha jeito para censor.

Para diplomata, o desconjuntado Governo de Vichy, ou antes Laval, achavam que tinha. A 20 desse mesmo mês de Julho, o autor do *Homem apressado* foi promovido na carreira. De Ministro de segunda classe passava à primeira. E era imediatamente proposto para Embaixador de Vichy em Bucareste.

Duas semanas antes o nosso Ministro na Roménia – Quartim Bastos – anunciara a Salazar a vacatura da missão: *Ministro de França [...] não querendo representar Governo de Vichy, partiu da Roménia*. Esse Ministro de França tinha encetado contactos com Argel em momento oportuno. Era Jacques Truelle. Abandonada Bucareste, apresentara-se ao Comité de Argel, que o tinha nomeado para substituir François Piétri em Madrid. Franco aceitaria sem dificuldades. Entre nós o *Diário da Manhã*, que logo em Maio, dera o exemplo da discrição quanto à chegada de Monier a Lisboa, aos seus movimentos, repetiu em dias próximos em Julho, a notícia da nomeação de Morand como Embaixador na Roménia.

Morand chegou a Bucareste a 28 de Agosto. Eram tempos muito anunciadores. Dias antes da sua promoção tinha-se dado a queda de Mussolini. Dias depois os generais Manstein e Kluge, chamados à presença de Hitler, entre outros, dão-lhe conta do fracasso da operação *Cidadela*, última iniciativa dos Alemães contra a Rússia; fracasso que punha definitivamente nas mãos dos Soviéticos a condução da guerra a Leste.

Morand não fez visita de cortesia a Quartim. Terá reduzido ao mínimo o protocolo. O galope dos acontecimentos deixava para trás a etiqueta. A Itália capitulara, Mussolini fora arrebatado por um comando S.S., surgira a República Social Italiana. Quartim telegrafa a 18 de Setembro: *Acontecimentos Itália produzem grande impressão na Roménia*; e dois dias depois: *Este Governo reconheceu Governo Mussolini*. Mas o Ministro de Itália é que não reconheceu a República recém-nascida. Era Bova Scopa, que já representara o rei e o Duce em Portugal na glória do Eixo (40/41), e agora dizia que só obedecia ao Rei, e não largava a Legação.

Morand obedecera e obedeceria a Laval. Teve notícia da insurreição da Córsega, do desembarque na Córsega das forças da França livre, da visita do general de Gaulle à Córsega em 8 de Outubro, da cessão por Salazar das

bases açorianas aos Ingleses. A partir de 15 de Outubro a imprensa romena comentava largamente a nova posição do Governo português. Mas não houve reacção oficial.

Bucareste era uma cidade cada vez mais exposta. Os diplomatas estrangeiros suspiravam por férias ou planeavam deslocações dos serviços. Quartim partiu a 14 de Outubro. Assumiu a gestão Manuel Rocheta. Deste, o primeiro cuidado foi a posição de Bova Scopa que, tendo virado de bordo, podia fazer declarações sobre Portugal. As agências internacionais diziam que os Romenos o tinham metido na cadeia. Não era verdade. Permanecia no edifício da Legação. Rocheta quisera vê-lo, e fora logo recebido. Scopa reiterou a sua posição de que representava o reino de Itália, mas não a República Social Italiana. O próprio Mussolini lhe telefonara – dizia –, mas ele fora inflexível. A questão suscitava bizarras diplomáticas. Na Hungria, por exemplo, oficiavam dois Encarregados de Negócios italianos, de diversa obediência. Segundo Scopa, não havia que hesitar. Mussolini e a sua república de Salo, tinham um futuro negro. Mais enfeudado que Quartim, Rocheta inquieta-se: – O nosso Salazar está firme. Também Scopa achava que sim. E lançou-se a propósito num rasgado elogio do nosso “chefe.” O próprio Antonescu, marechal/ditador, é que não parecia a Rocheta nem firme, nem convicto. Não conseguiria desligar-se. Hitler estava sempre a chamá-lo por causa da frente russa. Antonescu não tinha remédio senão acorrer. Proclamada a nova República de Salo, mandara um telegrama a Mussolini. Em termos frios, é verdade...

Rocheta começara pela Itália. Continuou pela Alemanha. Após as facilidades nos Açores, era conveniente. O representante de Hitler, barão von Killinger, acabava de fazer declarações, as menos diplomáticas e as menos aristocráticas, sobre a traição à causa nos meios romenos. Fora violento, grosseiro, ameaçador... Perdendo o auto-controle, prejudicara os interesses da “cruzada”.

Em 31 de Outubro (43) Rocheta foi visitá-lo. Fora bem acolhido, não tinha havido censuras. O avanço dos Russos fazia esquecer as bases dos Açores.

Von Killinger retribuiu a visita por 20 de Novembro. Estava calmo. Voltou a não falar dos Açores. Mostrou-se confiante na vitória final da Alemanha, e indignado pela aberrante cooperação anglo-russa.

Como a penosa situação de Pétain não demovia das atenções que entendia dever-lhe Salazar, a da Roménia parecia suscitar a sua simpatia. Estaria, a este tempo, o país em condições de assinar acordos?

Salazar achou muito bem que se concluísse em Lisboa um acordo cultural anglo-romeno. Assinou pela Roménia o Ministro Cadere, e por Portugal Carneiro Pacheco. Rocheta assinala (17 de Dezembro) que as autoridades romenas estariam, para lá da cultura, interessadas em nos adquirir cortiça, estanho, volfrâmio... Mas o volfrâmio, especialmente, exigia o recurso, a título de suposto destinatário, a um país neutro. Simpáticos, os jornais romenos reproduziam passos dos discursos pronunciados em Lisboa, na ocasião da assinatura.

Visitou, portanto, Rocheta, a Legação de Itália, a Legação da Alemanha... não a Embaixada de França. Mas a 23 de Dezembro anunciou: *Ministro de França* (aliás Embaixador) *como todos os outros, vai alugar casa fora da cidade*. Morand dava o exemplo? Em Março (44), a equipa da Embaixada vichista deixa efectivamente a capital e acolhe-se a Bran Petresti, na Transilvânia, onde se aloja numa fortaleza, acomodada para o efeito pela rainha Maria (da Roménia), amiga da mulher de Morand. O próprio Morand organiza a evacuação do Instituto francês para Pascani, muito a norte de Bucareste, mais perto da Moldávia. Tinham começado os bombardeamentos anglo-americanos, que não cessavam de se amplificar; iam juntar-se-lhes, ou superá-los, os dos Russos. Perante este crescendo, a Embaixada, convertida em refúgio, não tinha mais utilidade, nem justificação. Morand diz que não conseguiu sequer liquidar os interesses de sua mulher a tempo, isto é, antes da chegada do Exército Vermelho. Não era a preocupação mais patriótica, mas Laval compreendia. Morand comunicava com ele por telefone ou por emissário, e do mesmo modo com o seu amigo Jean Jardin, ex-chefe de gabinete de Laval, que assentara poiso em Berna, em qualidade de Encarregado de Negócios.

A 17 de Maio (44) Morand obtém a sua transferência para a Suíça. E não perdeu tempo. Confiou a responsabilidade da chancelaria ao seu subordinado Spitzmüller, e deixou precipitadamente o posto sob fogo. Helena, a sua mulher, despediu-se da rainha Maria, e foi ter com o marido (infidelíssimo, mas amado, amante e até extremoso) à pacífica, neutra e segura cidade de Berna, munida de um simples visto de trânsito, porque os Suíços, e não sem razão (como

confirma o próprio Morand) a tinham por germanófila. O marido tinha passado na Roménia oito meses e meio. Em matéria de medidas louváveis teria aceitado que muitos Judeus colocassem os seus bens, por que justamente temiam, ao abrigo do Consulado de França. Nesta matéria o próprio Laval o teria aconselhado a “não fazer ondas”. E, literariamente, o ano 44, até Maio, mês da transferência, não deixa de ser assinalável. De longe, Morand acompanhou, tanto quanto lhe era possível, a primeira edição do seu livro *Excursions immobiles*, lançado em Janeiro, em Paris, pela casa Flammarion. E a morte de Jean Giraudoux, em 31 desse mês, suscitou de sua parte, no Instituto francês de Bucareste, uma das suas mais emocionantes alocações.

Morand, explica quem tinha sido, e o que valia a sua obra, o autor enganado de *La Guerre de Troie n'aura pas lieu*. Tantas afinidades os aproximavam, que se consideravam, Morand e Giraudoux – e ambos o tinham reivindicado – como irmãos.

O que nos importa é uma coincidência nas suas carreiras, e o que é significativo é que Morand, na circunstância e na comoção do seu discurso, não tenha deixado de a evocar. Uma das primeiras obras de cada um deles tinha tido por tema Portugal, e em Portugal se desenrolava. A novela de Morand, *Lorenzaccio*, já a conhecemos. De Giraudoux, Morand evoca, em Bucareste, uma prometedora brochura de principiante, muito dotado. Próprias palavras: *En 1916 Philippe Berthelot* (o já referido chefe de gabinete de Aristide Briand) *l'envoie au Portugal comme instructeur militaire; il en rapporta cette Journée portugaise qui ne devait pas plaire aux Portugais, mais qui est une délicieuse fantaisie*. Em tempos do regime que ia alinhar o seu Corpo expedicionário com a França, na frente de batalha, o desagrado quanto a Giraudoux esqueceu; e a relutância quanto a Morand, ao tempo daquele que a falência da primeira República fizera ditador, teve consequências irremediáveis, que Morand, como vemos e veremos, nunca esqueceu. Portugal aparecia com insistência no caleidoscópio das suas recordações; e o juízo e o equívoco sobre *Lorenzaccio* nunca deixaram de suscitar no escritor uma espécie de desgosto sorridente. E talvez despeito...

Trinta anos após o discurso sobre Giraudoux, quando o diplomata François Tricornot de Rose, foi elevado na carreira à dignidade eminente de Embaixador de França, Morand lembrar-se-ia de Bucareste, que abandonara a correr.

Entre parênteses esclareçamos que o conde de Rose intervieria em relações luso-marroquinas em 1941, e assinara até, enquanto conselheiro diplomático de Weygand – então delegado geral de Pétain no Norte de África – um acordo comercial com Portugal.

Morand comentou (19.09.74), sarcasticamente, o que lia no jornal: *M. de Rose nommé Ambassadeur de France. Le Monde allonge son curriculum vitae: "révoqué par Vichy en 42". Or, jusqu'en "février 44", il servait Vichy, à Bucarest; sous mes ordres, à Bucarest! Les fausses biographies. L'historien futur aura du mal!*

A de Rose caberia o Palácio de Abrantes entre 1964 e 1970. Até Salazar, como bem disposto por colaborações passadas, mandou a certa altura um ramo de crisântemos à condessa. Ela agradeceu em cartão lacónico da Embaixada, em má caligrafia e com um erro de ortografia (*Portugal*, em vez de Portugal).

Morand terá chegado à Suíça em fins de Maio de 1944. O salto do perigo para o seguro prometia-lhe feliz diplomacia, mas aproximou-o de outros teatros de acontecimentos que contrariavam as promessas.

Deslocações bem mais importantes se encaravam em França. Desde antes de Maio de 44 se temia que o governo Pétain fosse forçado a abandonar Vichy. Que faria o Corpo diplomático? O Ministro de Portugal encontrava-se em Lisboa. Mas a Legação? Os diplomatas da Legação? Os serviços de imprensa que exercia Paulo Osório, fixado em França desde 1919? Os arquivos?

Pinto Ferreira acredita numa meia medida. A 4 de Maio informa que Pétain irá instalar-se perto de Rambouillet, mas que a sede do Governo continuará em Vichy. Nessa hipótese o Corpo diplomático não arredaria pé. Porque é que os Alemães se mostrariam tão rigorosos para com o Marechal? Opinião de Pinto Ferreira: *Receiam que paraquedistas americanos se apoderem dele, o que julgam possível em Vichy, dada a escassez de tropas nesta região.* Tinham o exemplo da proeza do comando SS, a 23 de Setembro do ano anterior, na pessoa de Mussolini, de que resultara a já referida República de Salò.

O Encarregado de Negócios confirma a informação no sábado 6 de Maio: *Marechal Pétain deverá amanhã abandonar Vichy.* Na cidade a consternação

é muito grande. O próprio Laval, em Paris, teria protestado junto de Von Papen, que se encontrava de passagem. Mas a agonia do chamado Estado francês seria ainda prolongada quatro meses. Daria tempo a novas e mais graves lutas intestinas, momentos de ilusão, evoluções diplomáticas...

Caeiro da Mata não voltaria para o varrer da feira. Pinto Ferreira teria ainda as suas férias. Emílio Patrício seria, por um tempo, Encarregado de Negócios. Um diplomata português nunca visto em Vichy – Eduardo Brazão – ainda ali faria um curto estágio.

Findo o seu gozo de férias, Pinto Ferreira, consciente de que vivia momentos excepcionais, planeou um diário da queda de Vichy, que a seu tempo acabou e mandou a Salazar. O Presidente do Conselho tinha em Lisboa um representante de Vichy no Palácio de Abrantes, e um representante do Comité de Argel na rua de São Domingos à Lapa – Armand du Chayla. Mas só reconhecia o primeiro, e nunca recebeu, nem acreditou o segundo.

Os cuidados da Legação em Vichy, em Maio 44, eram os Portugueses, cada vez em maior número, arrebanhados pelo STO, a continuação ou transferência do governo de Laval; o agravamento da guerra civil; a sua própria segurança na cidade... As esperanças eram que Pétain, em caso de desembarque e vitória anglo-americana, pudesse ser o interlocutor válido dos Aliados, em nome da França. Outro doce engano ainda surgiria mais lisonjeiro, metamorfose de hipótese anterior: que Pétain, Salazar e Franco, caucionados pelo Papa, pudessem obter o silêncio das armas, e uma paz não-bolchevista na Europa. Nesta última versão, o condutor da operação seria o escritor Henri Massis, que se multiplicara em livros, conferências e artigos sobre Salazar, e escrevera nos primeiros tempos da guerra de Espanha, com Robert Brasillach, o célebre livro *Les Cadets de L'Alcazar*, que procurava inflectir em favor dos franquistas a opinião pública mundial.

Sucederia a Morand deplorar ter ele mesmo colaborado, na sua juventude e momentaneamente, com Henri Massis. Gide tinha comentado: *Morand passe du côté de la bêtise*.

A 2 de Julho, o Comité de Argel, que o general de Gaulle dominava, proclamava-se Governo provisório da República francesa. A 6 começava o desembarque

na Normandia. A 8 o general Patton conseguia a ruptura da frente inimiga, a difícil *percée d'Avranches*, que, segundo Otto Abetz, decidiu da sorte destoutra batalha de França.

Nesse dia os nossos jornais publicavam que o governo português proibia finalmente toda e qualquer exportação de volfrâmio, fosse para que país fosse. Tinha sido custoso extorquir de Salazar esta medida. Mais que de Franco.

A 10 a divisão SS *Das Reich* perpetrava o massacre de Oradour. Da nossa Legação de Vichy o telegrama 159 de Emílio Patrício, do dia 13, trata da repressão efectuada em geral pelos nazis, e em especial do desastre desta comuna. Próprios termos: ... *as tropas alemães iniciaram violentas repressões contra as forças da Direcção Geral da Resistência. Nos últimos três dias foram fuzilados cerca de dois mil indivíduos, e feitos prisioneiros cerca de outros tantos. Numa cidade da Haute-Vienne, como represália pela morte de um alemão, toda a população foi passada pelas armas e em seguida queimada.* A repressão, os fuzilamentos, o massacre – que, em Portugal, leva o jornal *A Voz*, cuidando de equilibrar a balança, a evocar a propósito Katyn – não impedem o Marechal de dar um almoço, em dia consecutivo, ao nosso Encarregado de Negócios. Sabia-se lá se Salazar... Próprias palavras de Patrício: *Eu e minha mulher, juntamente com o Embaixador de Espanha e outros diplomatas, almoçámos hoje com o Marechal Pétain e o Presidente Laval. Se no Chefe do Estado se sentia uma grande tristeza, o Presidente do Conselho manifestava perfeito bom humor. Acerca do desembarque e das operações na Normandia ninguém pronunciou uma palavra, mas, ao falar-se do drama da Alta Viena, o Sr. Laval pretendeu justificá-lo, alegando que, sobre as tropas alemãs, haviam sido disparados tiros de metralhadoras.*

No último Conselho de Ministros reunido em Vichy (12 de Julho 44) Laval usou mais uma vez de todos os poderes que o avanço dos aliados, e a repressão alemã ainda lhe permitiam. À roda da mesma mesa sentavam-se os que lhe seriam fiéis contra todos os riscos, como Jacques Guérard, e os que acalentavam a ilusão de se entender com os Anglo-americanos ou, pelo contrário, já se tinham juntado aos mais duros da colaboração.

Mesmo ausentes, os fiéis terão a sua recompensa. No dia seguinte, Paul Morand, que se apressava em Berna, é oficialmente nomeado Embaixador de

Vichy na Suíça. Ao contrário de Baraduc, apostado em evitar Monier, o diplomata em posto, que como já vimos, era Jean Jardin, em situação politicamente idêntica à de Morand, recebeu-o o melhor possível. Diria mais tarde um filho de Jardin que o pai, primeiro em Vichy, depois em Berna, salvara o escritor, mediante a nomeação, de fuzilamento certo nos tempos mais severos da depuração. Morand considera-se mais devedor a Laval. E as más línguas vão até pretender que, o novelista, íntimo de Jardin, o era mais ainda da senhora Jardin, e que dessa intimidade subsiste algum fruto. Na verdade, escreve algures do amigo (suspeitoso?) *qu'il était la jalousie faite homme*.

A 26 de Julho, no palácio federal em Berna, Paul Morand apresenta cartas credenciais em boa e devida forma, assinadas pelo Marechal. Tinha feito tudo por ser Ministro em Lisboa, tinha enfim chegado mais alto: era Embaixador na Suíça. Após esta acreditação, parece bem menos grave a de Monier por Salazar

Somente, quanto ao novo poder francês, que se confirma já na própria França metropolitana, seria muito mais reticente ainda que os Anglo-americanos. Em meados de Julho encontra-se em escala, em Lisboa, um diplomata francês, colocado por de Gaulle nos Estados Unidos. Vai cumprimentar du Chayla, o ministro-sombra caucionado pelo Comité. E obtém uma entrevista com António Ferro que justifica e aplaude as reservas e o desgosto de Salazar. A execução de Pucheu, a morte de Philippe Henriot, mais recente, por obra da Resistência, teriam acirrado a animosidade portuguesa contra o Governo provisório do general de Gaulle. Ferro encarecia a história e a cultura da França, mas ainda jogava a carta Pétain. De resto, mostrava-se céptico quanto ao êxito da operação *Overlord* e até quanto à fecundidade do esforço de guerra americano. A sua maior preocupação era o avanço do Exército Vermelho na Europa.

Du Chayla passa a relatório (18 de Julho) o teor da entrevista, e conclui com estas palavras: *il est surprenant qu'un officiel portugais puisse recevoir en ce moment un fonctionnaire du Gouvernement provisoire français, en ayant l'air de regretter la tournure que prend la guerre*.

Entretanto Pinto Ferreira, terminadas as suas férias, encontra-se de novo em Vichy. No mesmo dia do relatório du Chayla telegrafa a Salazar. Ele, Encarregado de Negócios, regressou. Mas o Governo, todos dizem que vai partir. Os

Negócios serão muito difíceis. Os serviços que restam em Vichy e os que se exercem a partir de Paris encontrar-se-iam e reorganizar-se-iam noutras termas, em Vittel, nos Vosges. As boas águas ajudariam, senão as boas decisões, as melhores digestões. E aquelas dependem às vezes destas.

Só que o Marechal bate o pé. Em telegrama seguinte (do mesmo dia) Pinto Ferreira dá conhecimento de uma informação, prestada pelo Núncio apostólico, enquanto decano do Corpo diplomático, a todos os membros deste último, ainda em funções em Vichy. Muito poucos. O Chefe do Estado declarara *que se oporia por todos os meios ao seu alcance* aos que queriam fazê-lo abandonar a cidade, e acolher-se a país estrangeiro. Entendia que, *tendo permanecido em território francês desde 1940, não estava disposto a abandoná-lo neste momento*. O pior é que o Marechal não tinha já meios nenhuns ao seu alcance.

A 20 de Julho dá-se o atentado Stauffenberg, de que Hitler escapa sem beliscaduras. Havia duas bombas numa pasta, só uma explodiu. A repressão começou de imediato, e foi alucinadamente feroz. Em serviço em Vichy, um oficial alemão disse a Pinto Ferreira dos primeiros atingidos: *os que foram fuzilados eram a fina flor*.

A desagregação de Vichy não trava logo as informações do nosso Encarregado de Negócios. Tem tempo para ver, ouvir e telegrafar. O cardeal Suhard, arcebispo de Paris, que, nos funerais de Henriot, pronunciara palavras inconvenientes sobre o que se estava a passar em França, renova, junto do nosso Cônsul da sua área, as ideias de recurso a Salazar, a bem agora da população da capital. Os planos são quiméricos, mas Salazar leu com interesse, porquanto figuram no seu arquivo. Não influíram, é óbvio, na destituição do cardeal, efeito da Libertação.

Pinto Ferreira condói-se da situação do Marechal, que se vai agravando. Agora (fins de Julho) tem um segurança da Gestapo, que o segue como a sua sombra: Ruthe Fink. Não fosse o atormentado octogenário evadir-se como Giraud... Ou ser raptado.

Em 4 de Agosto, Dinan e Rennes foram libertadas, e no mesmo dia a BBC lança a ordem de insurreição geral para a Bretanha. Em 15 de Agosto os

Aliados – Ingleses, Americanos e Franceses – conseguem com pleno êxito a operação *Avil Dragoon*, primeira fase do desembarque na Provença.

Laval não proporá mais ministros, nem embaixadores. A 18 deixou de exercer funções, e a 20 o Marechal, comitiva e ex-subordinados são constrangidos pela força a abandonar Vichy. Segundo um telegrama do nosso diplomata Malheiro Reimão, em posto em Berna, baseado no que lhe dissera o seu homólogo suíço em Vichy, como testemunha da cena, o Marechal teria tido voz de prisão, dada pelo general alemão von Neubrun que, comovido, lhe teria confessado: – *Senhor Marechal, é a ordem mais dolorosa que cumpro em toda uma vida de soldado. Se fosse sozinho, não a cumpriria, mas exerceriam represálias sobre a minha família.* Era verdade que, após o atentado Stauffenberg, violentas represálias tinham atingido ou tentado atingir contra toda a família deste aristocrata.

A equipa de Vichy foi instalada em Belfort (território de Belfort, sobre o rio Savoureuse), onde ficaria até 7 de Setembro. Nesse dia os Alemães, como o exército de Lattre de Tassigny já era uma ameaça até para aquela cidade, obrigaram o Marechal e os outros Franceses a atravessar o Reno, e a instalar-se em Sigmaringen (Bade-Wurtemberg), no castelo dos Hohenzollern, sobre o Danúbio.

De Lisboa, a 22 de Agosto, du Chayla telegrafa a Massigli que a alegria popular era geral na cidade e no país pela progressiva e rápida libertação da França. O próprio António Ferro teria dito, em meia ironia, que as autoridades portuguesas se veriam por sua vez na contingência de instalar Georges Monier nas Caldas da Rainha, para onde eram encaminhados em 1940 os refugiados que afluíam, sobretudo judeus. Mas um íntimo de Salazar teria sustentado ao próprio du Chayla que o Presidente do Conselho não mudaria de atitude só pelo facto da desagregação do governo de Pétain, da qual, aliás, ainda não estava certo!

E é verdade que, no dia seguinte, como a nossa Legação em Vichy não dava já sinal de vida, Salazar telegrafou a Malheiro Reimão, para Berna, pedindo-lhe urgentíssimas informações. Próprias palavras: *Para nós muito importante saber se Chefe do Estado francês está ou não em condições de desempenhar o seu cargo livremente.* A eterna dúvida! No telegrama 46, Lisboa-Berna, expedido das Necessidades a 23 de Agosto.

Pode considerar-se resposta o facto de, logo no dia seguinte (24), ter entrado em Paris a segunda divisão blindada do general Philippe Leclerc, na sequência da insurreição que tinha estalado. A 26, de Gaulle encontra-se em Paris. Passara a noite de 25 a 26 no palácio de Rambouillet, para onde Pétain teria, a certa altura, aceitado deslocar-se. Guardado está Rambouillet... Desta residência, de Gaulle dirige-se à capital, ainda não totalmente pacificada, e em delírio. E será o famoso discurso da Câmara Municipal, mais apropriado que exacto: *Paris s'est libéré tout seul...* A inesquecível descida dos Campos Elísios com Georges Bidault, que o General faz recuar um passo, a fim de serem desde logo visíveis as distinções, com os principais membros do Conselho Nacional da Resistência e do Comité Parisiense de Libertação.

Afinal entre de Gaulle e Salazar tinha-se dado uma corrida. A 25 de Agosto o *Diário da Manhã* e a imprensa em geral publicam a nota oficiosa da Presidência do Conselho, que termina pelas palavras: – *O Governo português resolveu fazer cessar as funções da sua representação diplomática, acreditada em França, e tem por finda a missão que o governo do Marechal acreditara em Lisboa.* O último verbo induz em confusão. Quem acreditara Monier em Lisboa foram Carmona e Salazar. O Marechal, ou mais exactamente Laval, apenas tinham proposto ou nomeado.

E os nossos diplomatas em Vichy? Tratavam do seu regresso a Portugal pela fronteira francesa, ou por transporte que partisse da Suíça, onde Morand ainda não abandonara a Embaixada. Pelos Pirenéus, temiam os “bandos” de comunistas.

Note-se que Salazar não reconhecia o governo de Gaulle. Nem haveria nunca declaração de reconhecimento. O acto seria escamoteado como fora o nome de Monier. Como procedera a Espanha? Salazar entendeu facilitar, sem se comprometer prematuramente. Monier foi amavelmente ajudado a eclipsar-se.

Em 1 de Setembro, Teixeira de Sampaio conversa com du Chayla. Não haveria nada a objectar a que este ocupasse o palácio de Abrantes. Monier perdera a sua acreditação.

Du Chayla prepara a transferência. Em 13 de Setembro telegrafa a Massigli. Com a sua equipa instalou-se na Legação, e tomou conta dos arquivos. Mas,

na verdade, continua Ministro do Governo provisório, em gestão provisória da missão. Salazar, que não tem dele boa impressão, reclamará um procedimento mais formal entre Paris e Lisboa. Por via de Londres.

Os nossos jornais dizem muito pouco de Armand du Chayla. Todavia a 13 de Setembro anunciam que Charles Groslier, que logo em 1940, se declarara por de Gaulle, e se acolhera à Embaixada britânica, onde fazia fichas e correspondia com os serviços da França combatente, era o novo Cônsul em Lisboa. Não aqueceria o lugar.

Paul Morand, embaixador na Suíça, não mostrou pressa nenhuma em tirar a conclusão das mutações que se tinham produzido. Ele, que podia ter sido ministro de Vichy em Portugal antes de Monier, achava-se em Agosto de 1944 na mesma situação em Berna, que Monier em Lisboa. Só depois de o Marechal ter sido obrigado a deixar as suas termas (20 de Agosto) é que se decidiu a agir, que é como quem diz deixar de agir. A 23 entregou às autoridades suíças uma nota verbal: "como deixara de poder corresponder com o seu ministro de tutela, via-se obrigado a considerar a sua missão terminada".

Passou mais uns dias antes de se dirigir a Massigli. Em 4 de Setembro telegrafou-lhe, já para o Quai d'Orsay, requerendo uma interrupção de actividade. A resposta não foi benigna, nem tardia. Dez dias passados, a 14 de Setembro, Paul Morand era exonerado por via de decreto com duas assinaturas: do próprio general de Gaulle, presidente do Governo, e de Georges Bidault, encarregado dos Negócios Estrangeiros.

O escritor ex-diplomata voltou a não se apressar. Pelo contrário. A depuração tinha começado. Na Suíça havia lindas paisagens, e tanto ele como sobretudo a mulher tinham bens e dinheiro. O melhor seria demorar-se onde estava, não na Embaixada, claro, mas em local também digno da sua classe.

Os nossos dois diplomatas de Vichy – Pinto Ferreira e Emílio Patrício – também escolheram, mas esses para voltar a Portugal, a via suíça. Portugal fora o oásis. Agora era a Suíça. Arrumaram a casa, deixaram o arquivo à guarda do adido de imprensa Paulo Osório, que durante a ocupação escrevera, para os jornais de Lisboa, ora cartas de Vichy, ora cartas de Paris; e até protestara, com

descabido patriotismo, contra a peça de Montherlant, estreada na capital, que se inspirava na triste história de Inês de Castro – *La Reine morte*.

Quando foi possível formar-se uma escolta, dirigiu-se Pinto Ferreira com Emílio Patrício para a fronteira mais pacífica, que os nossos diplomatas atravessaram a 16 de Setembro, para se acolherem à protecção solidária de Malheiro Reimão. Nessa altura estavam todos na Suíça: Reimão, Pinto Ferreira, Patrício, Paul Morand. Até Pétain, quinze dias mais tarde, requereu às autoridades alemãs que preferia a Sigmaringen um campo de prisioneiros militares; senão que o deixassem transferir-se para a Suíça. Oh, a Suíça! De que tão facilmente afluíam a Menton, cargas que só seriam verificadas nos vagões que as levariam a Canfranc, atravessando a França "livre"! Em 1945 um grande banqueiro português, relação de Salazar e do duque de Windsor, ex-rei de Inglaterra, teria um grande aborrecimento com a *gendarmérie*, pouco depois da fronteira hispano-francesa, quando se dirigia à Suíça, de automóvel. E na Suíça morreria, em Basileia, em 1963, o elegante barão de Hoyningen-Huene, que representara Hitler em Portugal de 34 a 44, e acabara por desaparecer, secretamente chamado a Berlim, por alturas do atentado Stauffenberg... mas, enfim, regressara, com tempo e calma, para saborear com a segunda mulher (Lona), a sua reforma no Estoril – chalé Maravilha – com o beneplácito de Salazar, amigo dos bons contactos.

Da Suíça, em 44, Reimão tratou do regresso a Portugal, de Pinto Ferreira e Patrício. Em 20 de Setembro telegrafou a Salazar que os dois diplomatas partiriam no sábado seguinte, misturados a uma missão diplomática suíça que faria escala em Lisboa com destino aos Estados Unidos. Salvo se recebessem instruções em contrário da parte do Ministério, claro... Não receberam instruções em contrário.

Paul e Hélène Morand, sua esposa, acharam um refúgio com linda vista numa moradia, em Territet-Mont-Fleuri, que dava para o Lago de Genebra. Aí se lhes juntaram familiares que os terão compensado das mundanidades tão de seu gosto, mas em que não era possível a sua aparição nos fins da guerra, nem nos primeiros anos da paz. Morand não pode então voltar a França. Nem sequer publicar em França.



*Am 26. August 1963 starb nach kurzem schwerem Leiden in  
Basel mein geliebter Mann*

**OSWALD BARON HOYNINGEN - HUENE**  
*Gesandter a.D.*

*Lona Baronin Hoyningen - Huene*

*Estoril/Portugal  
Chalet Maravilha*

*z.Zt. Hamburg  
Hotel Reichshof*



1. Dezembro 1963<sup>27</sup>  
 Estoril  
 Chales Maravilha.

Excelência,

Em poucos dias terei de me despedir do seu lindo país. Neste país, que durante 29 anos foi para o meu marido a segunda muito querida pátria, - passei os 6 anos mais felizes da minha vida ao lado do meu marido. O meu marido mostrou-me as belezas das paisagens, a amplitude do mar, as montanhas selvagens, as grandes catedrais e as pequenas aldeias. Aprendi a história do seu país e comecei de amar o seu povo. O meu marido repartiu as suas recordações comigo e contou-me muitas vezes com grande gratidão e veneração como Vossa Excelência lhe ajudou a cumprir o seu serviço de grande responsabilidade, assim para que ele e a primeira mulher dele podiam de satisfazer os interesses de ambos os países.

Da carta pessoal (1 Dezembro 63) da segunda baronesa de Huene, em que se despede de Salazar. Da Alemanha, Lona daria ainda sinais de vida e saudade ao Presidente do Conselho até 1967. O fragmento reproduzido relembra como Salazar e Huene se entenderam cordialmente a bem dos países respectivos.

O Comité Nacional dos Escritores, que, pelos mesmos tempos, cauciona a vinda de Simone de Beauvoir a Portugal, para uma *tournee* de conferências, põe-no na sua lista negra. Morand, tão amigo de aparecer em letra de forma, experimenta então pela primeira vez, o que é escrever para si mesmo, como quem lança a garrafa ao mar. Nos jornais é que não. Foram-se as colunas reservadas, a repetida menção da pessoa e dos gestos: *Je n'écrirai plus dans les journaux*, reflecte. Não pelos tempos mais chegados. Simone de Beauvoir é que publica, no jornal *Combat*, sob pseudónimo, as suas crónicas de Portugal. Em primeira página, dias seguidos...

Morand estava proibido em França. O jornal *Combat* foi proibido em Portugal.

Estar proibida uma pessoa, um escritor, terá vantagens para o próprio escritor? Não podemos avaliar com que sinceridade, Morand diz-se curado. Não só das suas pressas antigas, da sua mobilidade vertiginosa: *Je suis guéri du luxe et débarrassé des faux amis, des thés, de l'Académie... – C'est merveilleux!* O isolamento e o ostracismo podem suscitar a obra-prima: *O sulmonense Ovídio desterrado...* Morand sabe isso: *Le malheur et le cafard me feront faire, j'espère, mon salut en art.*

A moradia sobre o lago obriga a uma certa contenção. Traduzo: – *Vivo pobremente numa casa imensa esplêndida na sua degradação, em frente de onde sai o Ródano...* Em que se entretém? – *Cultivo abóboras enormes, como as dos contos de fadas, covo as minhas batatas... Aborreço-me muito. Leio um livro por dia.*

Entretanto a depuração – os saneamentos – vão-se acalmando. Morand terá cavado batatas. Mas nunca pediu batatinhas. A não ser a Laval... Bateu à porta errada.

Em 47, morreu-lhe a mãe, em Paris. O exilado acorreu ao funeral. Não lhe sucedeu mal nenhum. Ninguém lhe voltou a cara. Recomeçou a tratar de publicar. A mudar de casa, mas não de Lago. Genebra acolhe os seus livros. Novamente a pena corre para o público. Num meio-exílio, novamente corre o homem. Na primavera de 49, dois meses na Andaluzia, deambulações repetidas por Sevilha. Morand escreve um romance, enquanto retoma fôlego. Em Julho de 1950, demora-se em Tânger, de que gosta muito e onde aluga uma moradia. Em 51, meados de Maio, sai o romance escrito em Espanha.



Amigos certos. Marcel Pagnol (à esquerda), o homem de teatro e cinema, bem conhecido em Portugal, e Morand, o desconhecido.

Intitula-se *Le Flagellant de Séville*, e é editado por Arthème Fayard. Os Morand voltaram a Paris, em Julho inauguraram o passeio a quatro. Passam uma temporada, com um casal amigo, em Noirmoutier (Vendeia). Fica perto a ilha de Yeu, onde Pétain passa, em detenção, o que lhe sobrou da sua vida.

Gesto bonito: Morand visita o Marechal. A instabilidade da quarta República renova a ilusão dos "chefes". Mesmo sentimento numa aventureira francesa, apostada em mulher de letras, que faz literatura à custa dos outros, profissão da entrevistadora. O editor Grasset, que Morand caricatura bem, já experimentara (em 1934) o que daria Salazar em entrevista, editando as de António Ferro. No ano, em que Morand revê Pétain, a Garnier, que Grasset impingiu ao SNI, e que admira muito o "homem apressado" e as suas mundanidades, mas não ousa aproximar-se do seu círculo, chega a Portugal com outro chefe na linha de mira. Está a dobrar um cabo da vida, inspirador de cuidados e impaciências sobretudo

às mulheres: os 35 anos. A mocidade-mocidade já lá vai. As conversas com Salazar começam por 20 de Julho de 1951.

Enquanto o Presidente do Conselho e a senhora francesa, que as direitas confortam, e as esquerdas não, moem e remoem o seu grão pacientemente, os Morand vão até Veneza, instalam-se em Tânger para o seu primeiro inverno marroquino.

As *Vacances avec Salazar* saem em Paris, em Fevereiro de 52, ano em que começa a interminável correspondência entre Paul Morand e Jacques Chardonne, e em que vem a lume a edição portuguesa dessas *Férias*, que promoveram a tradutor de francês um inspector da polícia política. Outro tinha sido nomeado fotógrafo oficial e exclusivo do homem de Estado e da sua visita.

Em 1953, o Conselho de Estado, com base num relatório de Georges Pompidou, anula o decreto anterior que desligava Morand dos Negócios Estrangeiros. O escritor é reintegrado na administração, e fica habilitado a requerer a reforma. O general de Gaulle está a escrever as suas *Memórias de guerra*. Só voltaria ao poder em Maio de 58. Morand continua com as suas novelas. Com as suas viagens. De Janeiro à Páscoa de 53, tinha-se demorado em Tânger. Em 54, publica a novela *Hécate et ses chiens*, e um livro de crónicas. E, por fins de 54, princípios de 55, consegue abordá-lo Christine Garnier que, depois dos seus altos voos em Portugal, ganhou certa aceitação nas direitas francesas que se empenham na defesa e libertação dos colaboracionistas depurados, e frequentam a Embaixada e mesmo a casa de Portugal, que Paul Morand em tempos passados não desdenhara.

O plano de Garnier, novamente caucionado pelo editor Grasset, é agora um livro de muitas entrevistas, variadas; e quinze escritores franceses aceitam conversar com ela, entre os quais Morand, Jean Cocteau, Pierre Benoit, François Mauriac... Um elenco de incontestável dignidade.

Após a entrevista Morand parte para a Irlanda, em Maio. Em Julho de 55, novo indício de plena reabilitação. É calculada a reforma do diplomata, mas não ao título de embaixador. Embaixador de França é difícil. O escritor é fixado na dimensão de ministro de segunda classe. Como era nas vésperas de prestar juramento ao Marechal, e nos tempos em que o seu horizonte era o Palácio de Abrantes. Bem tinham querido o Marechal e sobretudo Laval... Salazar não.

Águas passadas... Enfim, Paul Morand figura de novo, é de novo, um nome na sociedade parisiense. E neste mesmo ano se reinstala com a mulher em casa dela, a linda casa da avenida Charles Floquet. Em 1955.

Em 10 de Junho acabara de se imprimir o livro das entrevistas. Bem prevenira o ex-diplomata: – *Livrem-se de escrever para o Grasset, que o que ele quer é fazer um prefácio para os vossos livros.* Mas afinal aceitou a entrevistadora e o editor. Catorze outros aceitaram. O livro, que se intitula *L'Homme et son personnage* abre por um prefácio de Bernard Grasset.

O diálogo não trata nunca de Salazar. Impossível saber se terão falado, entrevista aparte, da decepção de Morand, das hipotéticas emoções de Christine... A entrevistadora: – *Teria o seu interlocutor cometido muitos erros na vida ou nos escritos? Morand respondeu: Não sei. Como não tenho memória, não sinto remorsos.* Todavia concede – cito em francês para não lhe tirar o sal – *j'ai mis ma convenance au-dessus des convenances.*

Distingue entre viagem e campismo. O campismo parece-lhe a preparação para a vida nómada, após a guerra atómica. E vai continuar a escrever a seu modo, e a viajar a seu gosto.

Em Março de 57 está em Portugal. Lisboa, Estoril, Sintra...

Desta vez também quer e vai conhecer os Açores. De caminho ou no regresso escreve a sua segunda novela portuguesa: *O Prisioneiro de Sintra*. De Portugal volta à Irlanda.

*O Prisioneiro de Sintra* vale pela impressionante descrição de uma casa nobre ao fundo de um parque, onde uma família decadente reproduz uma vida antiga, e abafa o jovem Manuel, a quem as notícias do mundo chegam por um potente emissor de ondas curtas, do qual apenas se arreda para passeios solitários. Sintra é um canto do Paraíso, como a casa em ruínas do lago Léman. Mas Manuel realiza que aquela imobilidade é a negação da vida. Os Russos acabam de lançar, em Outubro de 57, o seu primeiro Sputnik. Manuel desaparece subitamente, desejoso de bulício, mudança e espaços. Enquanto é tempo. Os fidalgos intactos de Sintra estão condenados à perpetuação dos usos da boa educação, das diferenças sociais, exilados da vida, como a família Morand, nos tempos de Genebra, se via forçada ao cultivo do seu jardim para viver, forçadamente isolada

da sociedade. "A felicidade pela agricultura", como lhe teria chamado Castilho? Não. A tortura dos dias iguais, da repetição, da inutilidade, de não deixar nada. Em Vichy, Morand condenara a pressa. Restituído à vida literária e social, condena o vazar, o vazio das pessoas na luxúria da natureza. Citação da *Eneida* ao fim da novela: *Macta nova virtute, puer; sic itur ad astra*. Ganha uma coragem nova, meu filho; só uma grande coragem nos leva aos astros. Manuel deixa uma carta. Não regressará mais à casa nobre.

Em Paris, em 57, vagara na Academia o lugar de Claude Farrère. Morand candidata-se. Colossal polémica. O passado pétainista, a amizade com Laval, as relações alemãs são evocadas. Mas partidários e adversários parecem em número igual. Entre os partidários, o cardeal Grente.

Repete-se então o que se tinha passado com Salazar. Mão caridosa leva à atenção do prelado o que é talvez a novela mais escabrosa de Morand: *Hécate et ses chiens*. O cardeal repete a reacção de Salazar: o livro contém cenas da última obscenidade que contra-indicam Morand para uma das poltronas contadas daquela assembleia ilustre. A eleição devia ter lugar a 22 de Maio. O *putsch* de Argel, a 13, tinha estimulado a paixão política em todo o país. O cardeal Grente vota contra. Os votos são em número igual. A eleição é adiada. Fica para o ano seguinte, 58.

A instâncias da mulher, Morand não retirou a candidatura. Nova votação terá lugar a 23 de Abril (58). De Gaulle é agora Presidente da República, e, nessa qualidade, protector da Academia. Morand diz que não tem memória. De Gaulle tem. E faz saber que nunca dará a sua aprovação à eleição de Paul Morand, mesmo que tal seja a escolha dos Académicos. Recusado por Salazar e por de Gaulle! Três concorrentes disputavam o lugar. Retiram-se todos. Pierre Benoit, outro que conhecia o nosso país, e fora muito acarinhado pelo SPN, demite-se da Academia em sinal de protesto.

*Sic itur ad astra?* Continuam as viagens – Milão, Parma, Florença.

As novelas sucedem às novelas. Um crítico reflecte: *Tanto escreve este homem que nunca se viu escrever!* Após a viagem de 57, em que tinha percorrido o litoral português de lés a lés, e travado conhecimento com os Açores, de que tanto se falava quando Morand representava Vichy na Roménia, a Guilda do

livro, de Lausana, encomendou ao *globetrotter* um livro de arte sobre as praias do mundo. Daí o álbum *Bains de mer, bains de rêve*, publicado em 1960, e ilustrado com as fotografias mais curiosas, e a reprodução a cores das telas mais sugestivas sobre o tímido, mas crescente acesso da burguesia ao novo prazer das águas salgadas e doces nas mais diversas margens que disputavam a moda umas às outras.

O livro começa pelo elogio do mergulho, expõe em seguida a história do acesso às praias, trata em terceiro capítulo dos *Banhos no espaço*. E o primeiro espaço é o português: *C'est le meilleur coin de l'Europe pour des tardives baignades d'automne*.

E logo Morand evoca metodicamente as amenidades autonais da nossa beira-mar ou beira-rio, começando pelo Estoril e por Cascais, chegando ao Guincho, retrocedendo, descendo depois até ao cabo de São Vicente. Vai e vem, sobe, diz das praias acima de Lisboa, a começar pela Ericeira, demora-se na Nazaré, continua até Ofir, à Granja, à Póvoa do Varzim. Estas, aconselha-as para o verão, que a água gela, os rolos ameaçam, e o nevoeiro vem cedo. Compara as mulheres de Nazaré, intrometidas na faina dos pescadores, com a bretãs e as açorianas. Perigos do mar! Nos pontos estratégicos do litoral português, as velhas obras de defesa parecem-lhe antes trunfos do turismo avisado, que o de massa não eclipsou ainda, aglomerando arranha-céus nas frentes de mar, como em Miami, Tânger ou Copacabana. Já em *Lorenzaccio* tomara a torre de Belém por uma torre de xadrez. Nos *Banhos de mar...* define Lisboa, escondida da Europa, como arrabalde convidativo, próprio para simulações guerreiras, como se vê a caminho da barra:

les anses et les criques accrochent leurs festons les uns aux autres, séparés par des éperons rocheux dominés par de charmants forts pour soldats de plomb.

Mais perigosos os atractivos irresistíveis da gastronomia:

C'étaient des bouillabaisse extraordinaires de la côte, soit aux poissons d'eau douce – *caldeirada à fragateira* – soit aux poissons de mer; ou les aloses frites; ou la soupe au congre; ou encore les huîtres farcies,

servies avec du melon glacé... sans oublier les grosses araignées de mer; et, pour finir, ces pâtisseries fades et trop sucrées, au jaune d'œuf, qui mettent du soleil sur les tables.

Um novo tema vai aparecer na obra. Morand sente os prenúncios da terceira idade. Vai novamente desacelerar? Em todo o caso dá razão a Jouhandeau: *la vieillesse, c'est les grandes vacances*.

Em 63 passa dez dias em Londres. Percebeu tudo. Publica imediatamente *A Nova Londres* que faz eco em dissonância ao livro *Londres*, publicado trinta anos antes. Morand actualiza Morand. Na Madeira esteve pela primeira vez em Março. *Embaixatriz da Europa*, não dependência, chamar-lhe-á o impenitente viajante, que, sem memória, nem remorsos, parece ter imperfeitamente recalçado o seu projecto, vinte anos antes, de Ministro em Portugal. *Ambassadrice d'Europe, avant-coureuse de ses anciens parapets, Madère s'évente sous les palmes. Abrisées dans les failles volcaniques, les plus belles fleurs du monde, une exposition horticole permanente; camélias, magnolias, roses, rhodos, hortensias, fuchsias...* Com Jacques Chardonne e Michel Déon, ambos da sua família ideológica e lusófilos, embora sem o conhecimento do país que vai completando Morand, projecta agora um livro geral sobre Portugal em imagens, a juntar à colecção das edições Sun, que começou com o álbum *Paris que j'aime*, apresentado por Marcel Aymé.

Só que não conhece ainda a capital da Catalunha, o ocidente da Grã-Bretanha. Deixa para o fim Portugal, *pour la bonne bouche*. Em 1964, visita Barcelona, continua por Madrid, muda de itinerário e percorre o país de Gales; mas em Setembro volta a Lisboa, levam-no a Peniche, apaixonou-se pelas Berlengas, e, com setenta e seis anos feitos, participa nas pescarias, para que gente da terra convida aquele senhor estrangeiro de conversas tão divertidas. Ele regista – Morand, que conhece bem os prazeres da mesa, e os portos e praias do mundo, volta à gastronomia: – *Le poisson bouillonne; cela sent la mer dans la poêle à frire; aucune pêche n'aura plus de goût, pour qui a à manger de celle-là*. Peniche. Álvaro Cunhal tem outras recordações do sítio. Dir-se-ia que em tudo a oposição se repete.

Em 66 acaba de se imprimir *Le Portugal que j'aime*. As fotografias que faltavam aos *Bains de mer*, e mais outras... Cerca de cento e cinquenta, todas legendadas com desenvolvimentos de Morand, simpáticos, picantes, muito

bem vistos e melhor escritos. Não gosta muito de Évora. Não a adota como terra da sua feição: *C'est une cité d'adieux, de renoncement, mortification, cimetièrre des plaisirs monarchiques. C'est une nécropole de l'Inquisition; elle a dédié son temple romain à la déesse de la Lune et de la Chasse, des froides nuits, de la nostalgie plus glacée encore.*

No prefácio do livro, Jacques Chardonne evoca Portugueses e Franceses que se empenharam em propor o país ao prazer dos turistas e à pena dos escritores. Lá se encontra o extremo ocidental da Europa. Cabo da Roca ou Cabo de São Vicente? Este último, entende Chardonne, onde, segundo a lenda, enterraram os ossos do mártir. O mar mete respeito, mas a pesca não cessa. Banhistas não se vêem, a não ser... Cito: *Le point extrême, c'est le Cap de Saint-Vincent, abîme rocheux où l'on pêche dans la perpétuelle tempête des vagues avec des lignes de soixante mètres, là où seul Paul Morand s'est baigné.* Não garantimos o banho. Só sabemos que a vasta correspondência entre Morand e Chardonne, continua inédita. Chardonne morreu em Maio de 68.

Escreviam-se todos os dias, ou quase. Comunicavam-se assim, reciprocamente, as suas impressões de todos os livros, de todos os solavancos da política, de todas as surpresas da diplomacia.

Perdido o amigo, Morand pôs em prática o projecto concebido e talvez encetado na Suíça: escrever para si mesmo; deixar por herança aos vindouros as impressões quotidianas, a que Chardonne já não responderia. Uma espécie de memórias de *além-túmulo*, como as de Chateaubriand, salvo que não são memórias, mas reflexões e comentários sobre o que o tempo dava, as recordações que lhe inspirava. O tempo que lhe restava.

Assim nasceu o *Diário inútil*, onde se encontram talvez os melhores passos de Morand. O narrador não urde mais intrigas. Ri, deplora, escarnece, diz dos estragos físicos que faz a sucessão dos dias em sua mulher e em si mesmo.

São milhares de notas, tantas vezes reaccionárias, mas sempre francas, frequentemente irritantes, comprometedoras, para muitas pessoas, mortas ou vivas, ilustres ou não. Como o peixe de Peniche: salta, está frito. O pensamento acode, fica preto no branco. E sempre o mesmo pavor do comunismo, a deploração sarcástica da suposta decadência do espírito, do estilo e das relações sociais. A truculência até ao fim contra os que mudaram de bordo,

serviram sucessivamente regimes contrários, fizeram literatura de devoções fingidas. Que se saiba, Morand foi sempre ateu. Homem das direitas bem acentuadas, prestou o flanco às esquerdas, mas não menos às direitas.

O *Diário* começa meses depois da revolução de Maio de 68. Faltam-nos assim, de Morand, as reacções imediatas, a quente, sobre o terramoto que então abalou a França e sobretudo Paris. Desse ano temos uma tese de doutoramento, de um universitário brilhante – Stéphane Sarkany – sobre o cosmopolitismo literário, baseada na obra e nas pessoas de Morand e Jouhandeau.

Tese importante, e até do nosso ponto de vista, porque Sarkany interroga Morand sobre a sua novela *Lorenzaccio*, e sobre o que se poderia induzir do final “da última obscenidade” que escandalizara Salazar.

Morand sabe que a novela, ou melhor a cena final da novela está na origem de uma espécie de execração do seu nome por parte de certas direitas em Portugal. Mas explica que esse sentimento resulta de um mal-entendido. O escritor não faz a distinção – não tem elementos para isso – entre a condenação inicial por parte do próprio Salazar, e a posição geral que atribui às direitas portuguesas, senão aos Portugueses. Quem leu o livro, diz ele, enganou-se rotundamente. Porquê? *Ils ont cru que j'avais fait un portrait de Salazar, et je me suis ainsi brouillé avec eux pendant vingt ans.*

Ora, como vimos, cronologicamente, o retrato era impossível. Tarquínio Gonçalves é um pré-Salazar de ficção, concebida por um homem livre, das direitas conservadoras. Resta o problema da homossexualidade em personagem portuguesa.

Era verdade, confessa Morand, que ele julgara ver no nosso barroco, tão impressionante em quem percorre o país, a expressão, na delicadeza e no rebuscado, de uma componente homossexual. Por outro lado, tinha então um jovem amigo português que não escondia o caminho que a natureza o tinha feito seguir. Quanto a ele mesmo, Morand, a sua vida provava bem, em todas as idades, que ele só cultivava e cultivara, com ardor e sem interrupção, o eterno feminino. Julgamos que era verdade, e isto nunca foi contestado.

Michel Collomb, o editor, para a *Pléiade*, das *Novelas completas* de Morand, interroga-se sobre a figura do proscrito enquanto proscrito. Era ou não Tarquínio

Gonçalves um *personnage à clé*? Não tinha um modelo único, mas correspondia a uma realidade plural. Morand conhecia perfeitamente Londres e Paris. Por ambas as cidades tinham passado, ou nelas se tinham fixado exilados portugueses com importância política, das esquerdas uns, das direitas outros. Daí o proscrito. A sugestão do nosso barroco, segundo o autor, a vida que levava o seu jovem amigo português, teriam influído no desenho do fictício Tarquínio, cujo projecto se pode entender que prefigura a acção política de Salazar.

*Quando eu conheci pela primeira vez Portugal*, insiste ainda Morand, *o país estava muito longe da ditadura*. Ao escrever isto, acha-se o escritor perto da consagração. Enfim, das marcas exteriores da consagração...

Ainda neste ano de 68, acalmadas já as perturbações, Morand volta a tentar a Academia Francesa. Candidato a lugar livre por morte do célebre advogado Maurice Garçon. A eleição terá lugar a 20 de Outubro. O autor da novela *Lorenzaccio* beneficiou de 21 votos favoráveis em 28 votantes. A recepção oficial, mediante discurso de Jacques Chastenet, tem lugar a 20 de Março do ano seguinte. De Gaulle não objecta. Está a um mês do abandono do poder.



Na casa da avenida Charles Floquet, Morand recebe com alegre surpresa a notícia da eleição para a Academia, e o jovem emissário logo o entrevista para a rádio.

Não serão homens apressados, os académicos, mas também nem sempre inimigos da ironia. Em fins de 1971 incumbiram o mais recente dos imortais de pronunciar sob a cúpula, o panegírico do Sr. de Montyon, fundador de um Prémio de virtude. Salazar tinha falecido no ano anterior.

Morand andara, nos últimos tempos, por Veneza, Atenas, pelos Estados Unidos, pelo Canadá, tinha-se demorado na sua querida Vevey na Suíça; em 72 foi ao Irão, ficou um tempo em Persépolis. Depois foi feito cidadão de honra de Vevey, onde estivera exilado. Já após a morte da mulher, ainda visita a Escócia; no ano seguinte (76), Jersey. Não voltou a Portugal.

Em 75, por ocasião da tentativa dos tipógrafos contra a direcção e redacção do jornal *República*, escreveu no seu *Journal inutile* que Álvaro Cunhal é que dirigia o movimento, e que, Portugal, que ele conhecera em 24 nas convulsões da anarquia, estava condenado, meio século depois, à opressão do comunismo. Em política, este grande escritor sempre se tinha enganado.

Tornara-se desde 64 uma vedeta da televisão. As suas prestações, nomeadamente a que fez para a série *Arquivos do Séc. XX*, ainda hoje são reexibidas, e não sem êxito, e não sem novos ecos de escândalo. E escândalo muito maior causou o seu *Journal inutile*, póstumo evidentemente, publicado em Fevereiro do ano passado, sempre brilhante de um francês como já pouco se encontra, clássico, correctíssimo e incisivo.



Tornara-se uma vedeta da televisão... e da rádio.

Em 1976, na manhã de 18 de Julho, estava Paul Morand, com 88 anos feitos, no ginásio do Automóvel Clube, nas flexões da sua sessão quotidiana de ginástica. Deu-lhe um ataque cardíaco, e cinco dias depois partiu para a última viagem, de que o fazemos agora regressar à nossa pobre maneira.

No seu diálogo com Christine Garnier, como Morand acompanhara no seu carro a senhora que passara férias com Salazar, ela perguntou-lhe, ao reparar na matrícula, de trânsito temporário: – *A chapa TT, que tem no seu carro, significa o quê?*

Morand reflectiu e respondeu:

– *Turismo total. Uma espécie de divisa.*

E explicou melhor:

– *Esta expressão, que podia ter servido de prefácio à minha vida, aparecerá talvez na lápide funerária como post-scriptum.*

Quase todos os países que Paul Morand visitou, todos aqueles sobre os quais escreveu, lho retribuíram e estão retribuindo em estudos que se avolumam. Nós não!